

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

**ENSAIO SOBRE UMA ECONOMIA POLÍTICA DA LEI:
DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS**

CURITIBA

2018

LUGAN THIERRY FERNANDES DA COSTA

ENSAIO SOBRE UMA ECONOMIA POLÍTICA DA LEI
DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

Monografia apresentada ao curso de Direito da
Universidade Federal do Paraná como requisito
parcial para conclusão do curso de graduação.

Orientação: Professora Doutora Angela Couto
Machado Fonseca

CURITIBA

2018

E já tarde da noite
volta meu elefante,
mas volta fatigado,
as patas vacilantes
se desmancham no pó.

Ele não encontrou
o de que carecia,
o de que carecemos,
eu e meu elefante,
em que amo disfarçar-me.

Exausto de pesquisa,
caiu-lhe o vasto engenho
como simples papel.

A cola se dissolve
e todo seu conteúdo
de perdão, de carícia,
de pluma, de algodão,
jorra sobre o tapete,
qual mito desmontado.

Amanhã recomeço.

(*O Elefante*, Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

eu vejo casa sem reboque de aparência tenebrosa
e em minha insignificância rendo homenagem silenciosa

(Pro tempo, EMICIDA)

Todos aqueles que já frequentaram o divã sabem que é no momento em que se despe de compromissos que o aparecimento acontece. Quando não se está escondido em posição fetal atrás de normas técnicas e de grandes nomes, a palavra fugidia consegue ser dita. Na falha de cobertura a que se dá a carapaça do sujeito, emerge aquilo que carecia de conexão. Assim, dessa palavra não pretendo me esquivar e, de todo modo, não me seria possível. Então, agradeço. Desde a primeira inscrição da minha monografia, sabia que esse pedaço de papel deveria ser alguma coisa. Era a marca do fim de uma jornada e o início de outra. Fez-se necessário, então, fazer dela um relato da jornada, uma contribuição para aqueles que a pretendem rumar, e também uma nota sobre o futuro que não nos perdoa. Tudo que aconteceu, ódios e amores cristalizados, se encontram aqui. A correnteza das situações me levou a esse lugar e ele também não pretendo negar.

Talvez pudesse ser diferente, mas não o foi.

Foi já nas primeiras semanas de aula que conhecia um grupo de estudos em política que, não sabia na época, faria de mim outro. Foi no Núcleo de Estudos Políticos que meu interesse pela filosofia política e pela crítica do direito se fez. É de conhecimento geral que as leituras de Agamben, que ali começaram, acompanharam-me até então. Agradeço ao Allan Hillani, pensador sagaz e amigo, pelas palavras que me foram dadas. Espero ainda te encontrar por aí. Agradeço ao Rennan Gardoni, intelectual forte e companheiro, pelos diálogos mais intensos nos momentos mais inesperados. Espero que continuem, faça sol, faça chuva. Aos que ali estiveram por algum tempo e por outros meios ainda me afetaram, Rafael Souza, Emanuel Negrão, Leonardo Araújo e Gustavo Martinelli. Aos que ali estão, dando continuidade a esse projeto, Augusto Rizzo, Isabela Furtado e Felliipe Almeida, a nadar vorazmente nas águas turbulentas do direito.

Levei muito tempo para me situar no ambiente rígido da Santos Andrade. Quando o fiz, deparei-me com outro espaço da graduação, do qual fiz parte nos dois últimos anos, o Programa de Educação Tutorial. Ali, faz-se pesquisa de excelência por estudantes de graduação e amizades inestimáveis. Agradeço ao Arthur El Horr, constitucionalista arguto e acadêmico implacável, por todas as conversas e elucubrações. Que a dogmática seja estratégia, mas nunca te consuma. Agradeço a Bruno Kons Franco, companheiro de longa data, pela empatia. Agradeço ao Vitor Müller, nobre rapaz, pelos conselhos e anedotas. Agradeço a Juliano Pietzack pelas conversas exaustas e densas. Aos que estiveram ao meu lado, nas palavras impossíveis e feitos inéditos, Eric Vinicius Lopes Castelo Monte-Alto e Amanda Botelho. Agradeço imensamente à zelosa tutora Eneida Desiree Salgado pela confiança e pela grandeza.

A faculdade de direito me foi insuficiente. Sempre tive o ímpeto de respirar ares diversos. Pelas redondezas da Reitoria encontrei também algum conforto. Universo cheio

controvérsias e surpresas. Agradeço, primordialmente, a todos os funcionários e funcionárias do Restaurante Universitário, sem o qual jamais teria me formado. Da lasanha para aqueles que se encontram solitários no domingo à noite ao feijão queimado da segunda feira tediosa, é uma das instituições mais importantes de qualquer universidade, fundamental na inclusão dos estudantes pobres. Agradeço ao Professor Vinicius Honesko Nicastro por todos os textos e traduções que sofisticaram minha compreensão de filosofia contemporânea. À Professora Juliana Fausto pelas aulas precisas e pelas palavras sobre a densidade do mundo. Aos filósofos Gustavo Junged e Emerson Marçal, que essas amizades excepcionais virem regra.

Entre as colunas monstruosas do Prédio Histórico, também pude encontrar algum conforto e gentileza. Gostaria de agradecer enormemente ao Professor Luís Fernando Lopes Pereira, aliado estimado em lutas e oponente rigoroso em discussões. Foram dois anos e meio de aula que não mais me deixarão, guardadas nas palavras e no coração. Do mesmo modo, agradeço ao professor Ricardo Prestes Pazello pela ossatura incomensurável, pela presença. A orientação dada durante a iniciação científica foi importantíssima para minha formação como pesquisador. Ainda, gostaria de agradecer ao Professor Celso Ludwig pela orientação nos primeiros passos da presente pesquisa e, sobretudo, pelas conversas de corredor, pelo olhar sincero e pelas glosas calmas. Agradeço ao Professor Guilherme Roman Borges, com que tive diálogos decisivos e com quem tive a certeza de seguir os caminhos mais incertos.

Agradeço ainda as minhas amigas Carol Luz e Thais Ziliotto, pelo coração ressonante. Ambas foram inestimáveis para consolidar uma das lições mais importantes de período: como construir laços firmes e mutáveis, capazes de energia e calma. Cada conversa na esquina, cada olhar de confiança foi importante. Agradeço, ainda, a Gabriel Percegon, pela poesia. A Mike Conratt, pelo conforto no silêncio. A Welitton Gerolane, pelas incontáveis análises de conjuntura e pelos planos ainda não realizados. A Luis Machado, pela parceria e pela coragem. Agradeço a Matheus Manika pelas transformações e pela inteligência.

Agradeço imensamente à Família Perdigão Lana por todo o carinho dedicado a mim e toda a sensibilidade dedica ao mundo. Agradeço a Noemi, pelo coração enorme, pulsante e acolhedor. A Paulo, pela presença, pelas anedotas e pela memória. A Pedro, brasilianista lusitano, pela admiração silenciosa e pelas bravatas. A Julia, pela emanção criativa, pela pipoca. Agradeço ainda aos agregados da família Lana, Filipe Küster, Gabriela Farias e Luisa Lopes, a quem, segundo a lojas de departamento, só podem ser presenteados com isqueiros, porta cigarros e cantis. Certamente, faremos bom uso.

Agradeço, especialmente, a Alice, pela história que muito me tocou em toda essa experiência. Obrigado pela companhia, por compartilhar comigo os anseios com cada palavra escrita. Obrigado pelo olhar tão gigante e pela sujeira de mundo. Obrigado, por fim, por pulsar no meu peito.

Agradeço a meu pai, José Ricardo, por toda força e solidez. Nunca estivemos tão perto, nunca fomos tanto um como o outro, mesmo distantes. Sabemos, desde sempre, que não há distância maior que aquela do abraço. Boa parte do que sou hoje, devo a você, meu pai.

Agradeço a minha mãe, Alessandra, por toda referência de movimento. Gostaria de saber como dançar como você, de ter os movimentos leves e o sorriso fácil e o abraço forte, em meio as mais boçais vicissitudes.

Agradeço imensamente aos meus avôs, Ieda e Vanderci, por terem dedica a mim o melhor de vossos corações, de vossos músculos e de vossos nervos. Não se preocupem, não há mais necessidade de rodinhas na bicicleta. Não porque eu já não caia, mas porque os joelhos já estão bruscamente calejados.

Agradeço ao rústicos e sistemáticos, pela companhia em todos os tragos de morte. A Aukai, jovem de inteligência bruta, pelas conversas na madrugada, pelas cervejas nas sextas-feiras e pela parceria. A Vinicius Brasil, o maior leitor que hei de conhecer, pela postura de deboche, pelas palavras guardadas, pelos filmes russos. A Felipe Alves, camarada de olhar arguto, por fazer a política vibrar em si, por me lembrar que é possível todo dia ser melhor.

Agradeço a banca, compostas pelas inestimáveis professoras Clara Roman Borges e Vera Karam, pela leitura gentil e rigorosa das palavras caóticas que aqui expus. Os questionamentos e apontamentos colocados engradeceram meu trabalho meu trabalho a uma dimensão que eu mesmo não tinha sido capaz de conceber.

Agradeço descomunalmente a minha amiga e orientadora Angela Fonseca, fonte inesgotável de força e inspiração. Nunca serei grato suficiente pela experiência de trabalhar todas essas histórias sob seu olhar ético e denso. Obrigado por persistir pelo caminho das pedras porque seu orientando te disse que, por aqui, encontraria cachoeira.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida para esta ocasião assenta-se na investigação do arcabouço conceitual da filosofia política por meio da revisão textual e a abertura para conexão e comparação. Com isso, apresenta-se um escopo conceitual que será contraposto com acontecimentos atuais e próximos. Dupla articulação conceitual, pela retomada conceitual e revisão bibliográfica e pela possibilidade de desvendar o presente. O arcabouço conceitual utilizado tem como referência interna as concepções de Michel Foucault. Por isso, a primeira parte do trabalho delinea-se vagamente a rota histórica da arte de governar até a governamentalidade neoliberal. Isto é, a partir do desbloqueio das múltiplas formas de governo pelo nascimento da ciência política até a postulação do neoliberalismo como uma racionalidade de governo. Esses conceitos são colocados para dialogar com as contribuições contemporâneas de Pierre Dardot e Christian Lava, para quem o neoliberalismo constitui uma racionalidade que tem a concorrência como forma de sujeição. Em especial, entendem que o neoliberalismo é uma ordem normativa que harmoniza formas de Capital e subjetivas. Disso, Maurizio Lazzarato diverge, haja vista que concebe o neoliberalismo exatamente como o momento histórico em que as formas subjetivas e de circulação financeira entram em colapso. Essa relação histórica do governo neoliberal é desvendada por meio da chave de compreensão do dispositivo. Esse termo também remonta à Foucault e refere-se à rede formada entre elementos discursivos e não discursivos para responder uma urgência histórica. Agamben e Deleuze retomaram, cada um a seu modo, esse conceito, mas ambos demarcaram a característica heterogênea da composição do dispositivo e o modo com articula a formação histórica de certo período. A título de exemplo de como funciona um dispositivo, apresenta-se a problemática do drone, de como altera a lógica da guerra e se sustenta em uma série de discursos e instituições. Por fim, o problema da morte como dispositivo operando dentro da biopolítica é retomado, novamente, segundo as contribuições de Foucault. Essa são, em seguidas, atualizadas pela concepção de Agamben de máquina antropológica, que promove processos discursivos de inumanização; e de pela noção de governo da morte de Achille Mbembe, que faz a morte aparecer no regime biopolítico.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Dispositivo; Morte; Filosofia Política; Biopolítica.

ABSTRACT

The research developed for this occasion is based on the investigation of the conceptual framework of political philosophy through the textual revision and the opening for connection and comparison. This way, a conceptual scope presented will be contrasted with present and close events. That is a double conceptual articulation, by the conceptual resumption and bibliographical revision and by the possibility of unveiling the present. The conceptual framework used has as internal reference the conception of Michel Foucault. Therefore, the first part of the work loosely outlines the historical route from the art of governing to neoliberal governmentality. That is, from the unlocking of multiple forms of government by the birth of political science to the postulation of neoliberalism as a rationality of government. These concepts are put to dialogue with the contemporary contributions of Pierre Dardot and Christian Lava, for whom neoliberalism constitutes a rationality that has the competition as a form of subjection. In particular, they understand that neoliberalism is a normative order that harmonizes forms of Capital and subjective. From this, Maurizio Lazzarato diverges, given that he conceives neoliberalism exactly as the historical moment in which subjective forms of financial circulation collapse. This historical relationship of neoliberal government is unraveled through the device's key to understanding. This term also goes back to Foucault and refers to the network formed between discursive and non-discursive elements to answer a historical urgency. Agamben and Deleuze both took up this concept again and will demarcate the heterogeneous characteristic of the composition of the device and the mode with articulates the historical formation of a certain period. As an example of how a device works, it presents the problem of the drone, how it alters the logic of war and is based on a series of discourses and institutions. Finally, the problem of death as a device operating within biopolitics is taken up, again, according to Foucault's contributions. These are then updated by Agamben's conception of the anthropological machine, which promotes discursive processes of inhumanization; and by the notion of government of the death of Achille Mbembe, that makes the death appear in the biopolitical regime.

Keywords: Neoliberalism; Device; Death; Political Philosophy; Biopolitics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: THE ROAD TO USTOPIA	10
2 NOVO LIBERALISMO: O RETORNO MORTAL	14
2.1 ALERTA: <i>COMO MORREM OS POBRES E OUTRAS REFORMAS</i>	14
2.2 <i>O NEOLIBERALISMO É MAIS QUE ISSO</i>	18
2.3 <i>O GOVERNO BIOPOLÍTICO</i>	22
3 A REDE DO DISPOSITIVO	32
3.1 ALERTA: ACONTECERÁ, ACONTECEREMOS	32
3.2 DISPOR MULTIPLAS HETEROGENEIDADES	34
3.3 <i>AS CURVAS DAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS</i>	40
3.4 <i>DUPLA POSITIVIDADE ANTINATUREZA</i>	45
4 OS DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS	52
4.1 ALERTA: <i>AUTONOMIA E PAZ ARMADA</i>	52
4.2 <i>A VIOLÊNCIA LEGAL E TECNOLÓGICA</i>	58
4.3 <i>O DISPOSITIVO DE MORTE</i>	63
4.4 <i>A MÁQUINA ANTROPOLÓGICA DE MORTIFICAÇÃO</i>	68
5 CONCLUSÃO: I WOULD PREFER NOT TO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

1 INTRODUÇÃO: THE ROAD TO USTOPIA

O presente trabalho pretende voltar o olhar para certos modos de práticas do presente. O compromisso que visa englobar é, então, este: usar uma caixa de ferramentas da teoria política contemporânea para acessar as agruras da estratificação sociopolítica do presente. Não há dúvidas de que existem uma série de complexidades a serem compreendidas, por tantas formas conceituais e poéticas. Não se trata, portanto, de uma completa diagnose da atualidade, mas uma forma de pensar nas brechas para encontrar significações outras para os acontecimentos do agora. Diante disso, pretende-se contribuir para o enquadramento de algumas circunstâncias pungentes da atualidade para, de algum modo, atualizá-las. Isso porque, ao desobstruir conceitualmente um conjunto de discursividades, coloca-se diante de *constructos* de articulações antes invisíveis a olho nu. O conceito desvenda visibilidades em sua relação com enunciações.

Nos últimos anos, nos quais este trabalho foi pensado e desenvolvido, o Brasil vivenciou uma série de rupturas institucionais que ameaçavam a já frágil democracia do país. O golpe contra a presidenta eleita desencadeou uma série de consequências nefastas e desvendou outras tantas que tramitavam sub-repticiamente por entre a burocracia estatal. Adveio a Reforma Trabalhista, articulada pelos congressistas eleitos, que minou toda a construção histórica da proteção aos elos mais frágeis nas relações de trabalho. A mesma ordem de coisas está anunciando a chega de uma Reforma da Previdência Social, voltada para suprimir a assistência social e aumentar o tempo de trabalho das pessoas mais pobres. Essas mudanças não foram de grande surpresa. Eram observadas pela população amortecida por absurdos mais e mais frequentes. Mais ainda: era um discurso que já se preparava há muito. A antiguidade das leis que regulavam as relações de trabalho e o rombo financeiro na previdência eram anunciados midiaticamente e circulavam socialmente.

Retomando teorizações sobre governo e neoliberalismo, foi possível pensar a estratificação histórica (ou o dispositivo) no qual essas mobilizações se inserem. É possível perceber traços de uma lógica de governo neoliberal nessa festança caótica. O governo remete à uma constituição histórica que dispõe uma arte de governar. De acordo com as teorizações de Michel Foucault, a arte de governar teria se originado a partir da reação à literatura político-administrativa do governo externo, representado pelo Príncipe de Maquiavel. Esta última se alinharia a um governo soberano, que atua verticalmente; enquanto a primeira

deu as condições para um governo que é contínuo, passando pelo governo de si, da família, até chegar ao governo do Estado. Se família era o centro dessa escalada de formas de governo, deixa de ser quando, desbloqueada a arte de governar, a população assume o objeto principal do governo. Isso se dá pela criação da ciência política, com os esquemas estatístico, concebendo uma atuação governamental direta sobre um corpo muito mais amplo e múltiplo, a população. Assim, as táticas de governo, múltiplas, disseminam-se por entre a população, afetando a vida por meio de um Estado governamentalizado.

Essa multiplicidade de governo – e consequentemente, a ausência de um governo uníssono por parte do Estado – encontra atualidade no neoliberalismo. De acordo com Foucault, o governo neoliberal rege o Estado, atravessado por essa racionalidade, porém também as subjetividades. Isto é, no governo neoliberal os sujeitos repetiriam, em certa medida, a lógica interna do mercado, relacionando-se socialmente por critérios de concorrência. Essa forma subjetiva, denominou-se *homo economicus*, concebendo que as relações estabelecidas seriam contabilizadas e meticulosamente maximizadas, tal qual uma empresa no mercado. A existência social, da educação dos filhos ao trabalho, seria concebida (ou visibilizadas) como uma forma de investimento, fazendo o sujeito perceber-se como capital humano. O capital financeiro encontraria na sujeição social essa forma em que relacionar-se é uma forma de dinamização de um capital de ordem humana.

Nada obstante, o neoliberalismo não poderia ser descrito como uma retomada do liberalismo clássico. Pierre Dardot e Christian Laval vão apontar que a apresentação como um novo liberalismo seria falaciosa, já que diz respeito a uma postura do Estado. Esta, porém, é diversa da harmonia entre circulação de Capital e formas subjetivas. O antigo liberalismo intentava deixar com que a sociedade se fizesse por si só, sem entusiasticamente se afastar da atuação. Do Estado, no liberalismo, seria requerido uma postura abstencionista, agora na sua versão macabra, exige uma postura de retração e corrosão. O aparato estatal é governado para minar suas próprias bases no sentido de liberar o campo de atuação para o mercado, substituindo-o. Do mesmo modo, as relações sociais passam a ser menos objeto da atuação estatal, simultaneamente, abandonando-as e autorizando com que sejam autônomas. Segundo os autores, a perversidade dessa racionalidade é justamente que deixa de assistir aos indivíduos pelas políticas do Estado, ao mesmo tempo em que promove uma harmonia da forma de circulação de capital financeiro com a forma relacional dos sujeitos. Essa concepção é objeto de discordância de Maurizio Lazzarato, segundo o qual essa harmonia é que caracteriza o

capitalismo, sendo o neoliberalismo justamente uma forma de disseminação da crise, exemplificadas pelo endividamento e pelas relacionadas ao fracasso e ao trabalho.

Tomando por paisagem de fundo essa formação histórica do capitalismo, adentrou-se na concepção acerca do processo de formação de um estrato histórico, por meio da análise do conceito de dispositivo. Para dizer de outro modo, postula-se o conceito de dispositivo para viabilizar uma chave de compreensão dos modos de atuação do governo neoliberal.

Por meio das teorizações foucaultianas, o dispositivo seria uma rede formada por elementos discursivos e institucionais, de composição heterogênea que refere a uma forma de governo. Isto é, o dispositivo da sexualidade governa a sexualidade na singularidade histórica a que se refere. O interdito da sexualidade, por exemplo, convocou a disseminação de discursos e a reverberação em instituições, como a arquitetura. Em suma, o dispositivo abrangeria uma urgência histórica de efetivar um governo, gerindo efeitos de poder. Os comentários de Gilles Deleuze sobre o conceito de dispositivo reformulariam em uma composição por linhas, de diversas ordens, propiciando regimes de visibilidade e enunciação ao dispositivo. O conjunto desses regimes faria da estratificação enunciável e visível, de modo as condições históricas do governo dentro das linhas do dispositivo. A luminosidade de um dispositivo diria da constituição das articulações e a enunciação da constituição de enunciados. Retoma-se, portanto, os discursos e as instituições como elementos. Por fim, encontram-se as glosas de Giorgio Agamben acerca da acepção, para quem o dispositivo remeteria à ideia de positividade. Investigada essa relação, encontrou-se no dispositivo uma forma de elemento histórico, com viés de autoridade, e que rompe com autonomia dos sujeitos.

Nessa toada, encontra-se nas teorizações de Agamben uma proposição do dispositivo como fragmentação de três significados: jurídico, tecnológico e militar. Com intento de dar abertura e densidade para essa fragmentação que, segundo autor, refeririam a uma forma que faria a injunção desses sentidos, retomou-se as teorizações acerca do drone. Isto é, um dispositivo que articula, simultaneamente, uma discursividade jurídica de legitimação, uma constituição tecnológica e um uso militar. O drone é, desde o início do milênio, utilizado como arma de guerra e de precisão. Com sofisticada tecnologia de voo, de geolocalização e bélica, consegue exterminar inimigos guiado por um pilado a milhares de quilômetros de distância. Desse modo, projeta poder e controle sem projetar vulnerabilidade, já que não há necessidade de deslocamento de contingentes militares, colocando vidas nacionais em risco, para alimentar a mitologia do terrorismo. As mortes se multiplicam e novos terroristas aparecem na lista

daqueles que devem ser executados. Atualmente, cogita-se a utilização de tal tecnologia para combater as organizações criminosas no Brasil. Seria a primeira vez que um drone é utilizado para manobras militares internamento no território.

Ainda, retoma-se Foucault, mais uma vez, para demonstrar que a política de produção e de atuação sobre a vida contém, em si, uma forte disposição pela morte. A morte, então, seria um dispositivo, profundamente articulado, dentro do contexto biopolítico. A produção da vida usa de técnicas de governo que eliminam raças interiores em prol da continuidade e do fortalecimento de raças superiores. Trata-se de viés racista da biopolítica. A produção da vida estaria, historicamente, articulada com a morte de outras vidas. Faz morrer sob a visibilidade de que a morte do outro enriquecerá biologicamente a raça sobrevivente. Do mesmo modo, a anormalidade indicaria um regime de exclusão da produção da vida. O louco e o doente são, quando ativados os dispositivos de segurança, expelidos para fora do eixo de vitalização. Abandonados de serem objetos de uma política de controle sob a vida, são legados à mortificação. Essa temática também foi explorada, na parte seguinte, a partir de concepções da teoria política contemporânea. De acordo com Agamben, a política seria marcada por uma máquina antropológica, que marcaria zonas de humanidade não-humanidade. Para tanto, são retomados processos de inumanização como o nazismo, em que os chamados mulçumanos tinham tomada sua humanidade; e a escravidão colonial, em que os escravos viam destruídos quaisquer status de humanidade que tivessem.

2 NOVO LIBERALISMO: O RETORNO MORTAL

2.1 ALERTA: *COMO MORREM OS POBRES E OUTRAS REFORMAS*

A crise de 2008 não foi uma crise estadunidense, já que os bancos envolvidos contavam com um alto grau de internacionalização. Os efeitos foram sentidos em todo o mundo de muitas formas, a exemplo do Brasil que contava com uma imunidade que se demonstrou falível. Esse acontecimento foi mediado pela ajuda financeira do governo dos EUA aos bancos ou com a interferência financeira de órgãos internacionais nos Estados. Essa solução já denuncia que a relação entre Estado e mercado não é de diminuição daquele em detrimento da tomada de espaço pelo último, mas alocação do Estado à serviço do mercado¹. Então, viabilizam-se os meios para que se desfaça a contração entre intervencionismo estatal e economia de mercado.

Algo semelhante, se quisermos pensar a partir da relação do esforço estatal, minando as suas próprias possibilidades de ação para garantir o bom funcionamento de agência financeiras e, por conseguinte, do mercado, foi visto no Brasil durante o governo do Fernando Henrique Cardoso. Trata-se do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, introduzido em 1995, em que o Estado brasileiro garantiu o escoamento de dinheiro para bancos², de forma a garantir a credibilidade das instituições financeiras, intervindo no mercado de forma positiva – promovendo um esbulho no orçamento nacional para salvar instituições financeiras – sob a justificativa de reorganizar o sistema bancário antes as dificuldades do Banco Nacional³. Na prática, BN foi subsumido pelo Unibanco por meio de uma autorização de escoamento de “*ativos e passivos de boa qualidade de instituições*

¹ Apenas para citar uma referência do renomado economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira: “*Quando irrompeu a crise, os políticos, que haviam sido iludidos pela ilusão da natureza auto-regulada dos mercados, perceberam seu erro e tomaram quatro decisões: primeiro, aumentar radicalmente a liquidez por meio da redução da taxa básica de juros (e todos os demais meios possíveis), já que a crise implicava um grande aperto de crédito após a perda generalizada de confiança que causou; segundo, resgatar e recapitalizar os principais bancos, por serem instituições quase públicas que não podem ir à falência; terceiro, adotar políticas fiscais expansionistas que se tornaram inevitáveis quando a taxa de juros atingiu a zona de armadilha de liquidez; e, quarto, regular novamente o sistema financeiro, tanto doméstica como internacionalmente*”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 86, p.51-72, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000100003>. P. 66-67.

² SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 94. “(...) o ‘liberal’ governo FHC usou dinheiro do contribuinte para salvar bancos falidos através do Proer”.

³ BARBOSA, Fernando de Holanda. Banco Nacional: jogo de Ponzi, PROER e FCVS. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p.97-115, mar. 2008, p. 103.

insolventes para outras instituições”⁴. A complexidade da forma em que essas operações foram realizadas garantem uma dificuldade no estudo desse evento e, quando acontece, restringe-se aos cálculos econômicos, deslocados de um intervencionismo às avessas. Não menos ignorados são os elementos históricos do governo FHC e a tentativa hercúlea de garantir a estabilidade do real em decorrência do terror nacional com a inflação vigente.

Não é necessário ir ao passado para se observar os efeitos perversos à sociedade brasileira do neoliberalismo. É urgente ir para a atualidade. A cessão de direitos, isto é, retirada de garantias, também implica, em alguns casos, em uma retração do estado em prol do mercado. A aprovação da Lei 13.467/2017, a aclamada reforma trabalhista⁵, é exemplar⁶. Foram 200 mudanças na regulação trabalhista, denotando uma alteração profunda nas normas jurídicas referentes às relações de trabalho. É importante demarcar alguns pontos mais importantes nas alterações. O contrato de trabalho adquiriu flexibilidade, autorizando contratações por modalidades regimentais e temporais atípicas, como a introdução do contrato intermitente que dá arcabouço legal para contratações pelo período efetivamente trabalho e sob demanda do contratante. A nova fórmula para o estabelecimento legal de uma relação de trabalho ganha importância ainda maior no momento em que o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a tercerização das atividades fins⁷, isto é, situação em que uma empresa contra outra para realização da atividade principal. O contrato também pode ser rescindido por meio de acordo entre empregado e empregador, desobriga a assistência ao trabalhador pela entidade de classe pela dispensa da homologação por parte desta e ainda autoriza a demissão coletiva sem negociação sindical⁸.

⁴ BRAGA, J.C.S; PRATES, D.M. Os bancos da “Era FHC”. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 167-187, mar. 1999. p. 175-176.

⁵ A expressão contrarreforma trabalhista também pode ser aplicada no sentido de marcar, desde a enunciação, de que as mudanças na regulamentação jurídica nas leis do trabalho são envoltas por um movimento de retrocesso das garantias e tutela jurídico-estatal sobre as relações de trabalho, como explica: KREIN, José Darin. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.77-104, 26 abr. 2018. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>.

⁶ BRASIL (Estado). Lei nº 13.463, de 13 de julho de 2017. **Reforma Trabalhista**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, DF, 30 de agosto de 2018. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 ago. 2018. Segundo a decisão: “*É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.*”

⁸ KREIN, José Darin. Idem. p. 88.

Paradoxalmente, o significativo mestre da reforma da legislação trabalhista é dar primazia ao negociado em relação ao legislado⁹. Em outros termos, a aprovação da reforma trabalhista altera a legislação para legar à efetividade da lei menor importância que o pacto estabelecido entre empregado e empregado, privatizando as relações de trabalho. Se antes podia defender-se que o aparato estatal garantia que a exploração do trabalho fosse feita em moldes minimamente humanitários, agora redireciona-se claramente para a maximização dos lucros empresariais. Sob a justificativa de ampliar a autonomia do trabalhador¹⁰, em face de uma taxa de desemprego exorbitante, legalizou-se que as empresas contratem por salário menores e em condições de trabalho mais precárias¹¹. Convenientemente, o desemprego resultante das dificuldades financeiras que o país passava é solucionado desmontando direitos trabalhistas. Novamente, vê-se a atuação do Estado no sentido de intervir com menor intensidade nas relações de trabalho, em detrimento da população e em benefício das grandes empresas.

É possível falar ainda da reforma da Previdência Social. Instaurou-se um dogma no país - construído muito mais artificialmente que as taxas de desemprego – de que a previdência social seria deficitária, acompanhado pela divulgação de que esse instituto teria custos estrondosos pagos pelo contribuinte. Ainda que o desequilíbrio das contas públicas no que se refere à previdência social seja um tema constatável desde o século passado e retomado com vigor no processo de constitucionalização¹², atualmente o rombo financeiro se fez muito maior por atos discursivos e a alternativa já foi dada *a priori* como única. A reforma, tal como

⁹ O art. 611-A, inserido na Consolidação das Leis Trabalhistas pela referida reforma, estabelece um rol com disposições em que a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho prevalecem sobre as determinações legais, entre elas estão a jornada de trabalho (I), o trabalho intermitente (VIII), a remuneração (IX) e a insalubridade (XII).

¹⁰ ARAÚJO, Maurício Azevedo de; DUTRA, Renata Queiroz; JESUS, Selma Cristina Silva de. Neoliberalismo e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil e na França. **Cadernos do Ceas: Revista crítica de humanidades**, [s.l.], n. 242, p.558-581, 10 mar. 2018. Universidade Católica de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861x.2017.n242.p558-581>. p. 565. “(...) numa perspectiva liberalizante, assenta-se na ideia de autonomia individual do trabalhador para negociar com o empregador sobre as condições do seu contrato de trabalho, descolando-se da premissa de assimetria das relações de trabalho e de hipossuficiência do trabalhador em face do empregador, ou seja, do próprio princípio da proteção que funda o Direito do Trabalho”.

¹¹ KREIN, José Darin. Idem. p. 90. “Todas as mudanças acima enunciadas afetam as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores, especialmente as que se referem à jornada de trabalho e ao descanso, porque possuem relação direta com os acidentes de trabalho e as doenças profissionais”.

¹² FREIRE, Fátima de Souza et al. Uma Análise do Discurso da Reforma da Previdência (PEC 287) à Luz da Teoria de Foucault. **Revista FSA**, Teresina, v. 15, n. 3, p.269-288, 1 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.3.14>. p. 271.

apresentada¹³, não é da ordem dos processos de igualização de cobertura ou do acesso, mas que, pelo contrário, faz retrain a tutela de parcelas sensíveis da população¹⁴.

A majoração da idade mínima para concessão de alguns benefícios previdenciários ou a ampliação de critérios e redução prazos para concessão de outros é vendida como matéria exclusivamente técnica quando passa por um processo de direcionamento da decisão política¹⁵. O vetor desse processo de reforma não é outro senão eclipsar o escoamento das finanças previdenciária para setores privilegiados, como os militares, conter paliativamente as dificuldades de gestão com esse setor público, suprimir direitos sociais voltados às pessoas mais vulneráveis, observadas pelas estatísticas que formam. Por fim, a reforma visa restaurar a confiança do mercado no Estado brasileiro por meio de uma injeção de crescimento econômico de curto prazo¹⁶, independente da perversidade dos efeitos de longo prazo.

Ainda que a democracia brasileira não estivesse há muito tempo se opondo a um estado de coisas que desse espaço para esse processo, não deve se ignorar que as reformas supracitadas aconteceram em um momento de abalo do modelo de democracia representativa. Isto é, as instituições democráticas não estão ativadas herculeamente em face hecatombe social de que se desenha; é preciso admitir que, a despeito disso, a democracia pode ser descrita como uma forma de proteção social aos mais vulneráveis, ainda paradoxalmente autorize os processos que criam essa vulnerabilização. O bloqueio dessa lógica protetiva ou, de outro modo, redistributiva – mesmo que se trate de uma redistribuição desigual – é, pela termos aqui propostos, efetivada pela lógica neoliberal¹⁷.

¹³ BRASIL (Estado). PEC 287/2016. **Reforma da Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

¹⁴ VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Reforma da Previdência: contexto atual, pós-verdade e catástrofe. **Futuros do Brasil**: Textos para debate, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1-19, maio 2017. p. 5. “(...) *pode-se propor, e este é o caso em pauta, reformas que excluam os segmentos populacionais mais vulneráveis da proteção previdenciária*”.

¹⁵ VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Idem. p. 16-17. A autora trata da reforma da previdência desde a metodologia da pós-verdade, vez que a apresentação da reforma da previdência se dá como alternativa singular e técnica da gestão financeira do instituto. Porém, existem alternativas outras não apresentáveis, como a revogação da previdência como um direito universal e, aos moldes do SUS, um direito fundamental voltado a assistir os mais pobres.

¹⁶ VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. Idem. p. 6.

¹⁷ LAVAL, Christian. Entrevista com Christian Laval: "Democratas de todo o mundo estão avisados: Bolsonaro é um fascista". **Carta Capital**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-3, 26 out. 2018. Entrevistadores Mayra Juruá e Pedro Rossi. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/democratas-de-todo-o-mundo-estao-avisados-bolsonaro-e-um-fascista?fbclid=IwAR3b-Mp32cvjeCoIVldm4QHgfJuSEalRhtkWcqzyyKah7BU5pYuG80PIuvs>>. Acesso em: 14 nov. 2018. “A

Para tanto, faz-se urgente pensar o neoliberalismo no Brasil, em sua especificidade e com precisão. O discurso governamental, confundindo-se com o empresarial, é agora de eficiência. Independentemente de como ocorre a gestão da sociedade, alega-se visar o melhor para todos. É preciso uma crítica potente para lembrarmos que o que ocorre é uma normatização garantidora de um sistema que privatiza o Estado para que deixe de atuar em esferas de regulação de desigualdades e atue apenas como garantidor do bom funcionamento do mercado. Ironicamente, o Estado passa a funcionar como uma "*mão invisível*" que regula o mercado. O problema sumário dentro dessa ordem de coisas é que, como coloca Vladimir Safatle, "(...) *no capitalismo, o Estado sempre intervém. A única questão real é: a favor de quem?*"¹⁸.

A resposta para essa questão, colocada no final de uma narração sob a vida dos miseráveis, está parcialmente respondida. Sinaliza-se que os gestores de mercado brasileiros ganham espaço de atuação com a forma de intervenção praticada atualmente, pela lógica de governo neoliberal. As reformas citadas exigem uma mobilização político-institucional da ordem do inominável, já que abalam profundamente a constituição centenária das relações de trabalho e a esperança profundamente enraizada de uma terceira idade menos laboriosa. Entretanto, no interior dessa questão, reside ainda uma mais potente: no capitalismo, o Estado sempre intervém, o guia para pensar isso é: *como?* Qual os discursos e práticas que faz aparecer e mobiliza? Quais os discursos e práticas que obstrui e eclipsa?

2.2 O NEOLIBERALISMO É MAIS QUE ISSO

O neoliberalismo é uma narrativa que faz aparecer uma nova fórmula de como o regime do livre mercado se relaciona negativamente com a intervenção econômica. Certamente, disso podem ser ditas muitas coisas. O neoliberalismo, então, coloca-se como *nêmesis* de todos que se opõe ao predomínio das relações privadas e do mercado. Com isso, o que era um conceito se coloca, construído fetichistamente, como personificado, um ente a ser combatido. Não há qualquer benefício nisso senão o próprio desenvolvimento daquilo que se visava minar. Essa postura pode ser vista como motivada por uma confusão propositada no sentido de cegar a

legitimidade da democracia liberal repousa paradoxalmente sobre a sua capacidade de integrar uma lógica de proteção social e redistribuição o que permite às classes populares sustentar, mesmo que de forma conflituosa, o sistema político".

¹⁸ SAFATLE, Vladimir. Idem. p. 95.

crítica; porém, também pode ser entendida como uma dificuldade honesta da crítica em face de uma nova dinâmica social muito hábil em gestar desordem. Uma certeza se vislumbra: se Marx combatia o Capital como fetiche, certamente isso se repetirá para o mesmo processo de *entização* do Capital em uma nova formulação. Isso porque é preciso constatar a condição espraiada nas diversas modalidades de relações sociais do neoliberalismo.

A motivação para isso é que o neoliberalismo aparece em outras instâncias que não apenas a economia e o debate político. *O neoliberalismo é mais que isso*¹⁹. É também uma forma de normatividade e, por conseguinte, elaborado a partir uma forma de constituição de subjetividade. Esses são campos que oferecem respostas menos genéricas e unívocas, de modo que se faz indispensável partir deles para engendrar-se nas demais escalas. A ampliação da escala do problema, contudo, não deve significar o esmaecimento da precisão. Em verdade, precisa significar o oposto. É a partir da concepção da normatividade neoliberal que é possível pensar resultantes econômicos e ideológicos, desvencilhando-se de uma noção vetorial de atuação²⁰. A saber, começa a delinear-se uma explicação da criação de condições de possibilidade de políticas estatais ditas neoliberais guiada pela autodestruição.

A tendência de deslocamento do Estado a guardião do direito privado cria a pretensão falaciosa de implementar a garantia de abstenção em benefício da liberdade de troca. A atuação do Estado, no que diz respeito à implementação de políticas, passa a ser meramente negativa; e no que diz respeito à representação passa a atuar em nome daquele sujeito ativo e empreendedor interessado em maximizar o benefício retirado das trocas sociais que estabelece – apenas a esse diz respeito uma política exclusivamente garantidora de margens de manobra para o mercado. Se, por um lado, o atravessamento do Estado pela forma de governo das relações privadas, por outro, tanto homologa quanto é resultado delas. Nesse contexto, sobra pouco ao esquema democrático, transformando o cidadão em empresário, esgotando a esfera da vida pública. Se a noção de representação política nunca foi totalizante, no sentido de alcançar um grau razoável de pluralidade na alocação de envolvidos nos processos de decisão política, e sendo vista cada vez menos como efetivamente representativa e meramente como proteção para reprodução das

¹⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão de mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 27. “*A crise mundial é uma crise geral da ‘governamentalidade neoliberal’, isto é, de um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência*”.

²⁰ SAFATLE, Vladimir. Idem. p. 24. “*No fundo, é isso que o neoliberalismo sempre foi: mais do que uma doutrina econômica de resultados miseráveis, um discurso moral capaz de fundamentar novas formas de **sujeição social***” (grifos meus). Trata-se de um modo diverso de dizer algo semelhante à citação da nota anterior.

classes privilegiadas, o abstencionismo neoliberal cria uma representatividade de não fazer. Isto é, o político eleito teria como função não fazer e garantir que o Estado não faça, ao menos, até que surjam uma crise em que o Estado atue para garantir a perpetração do modelo de mercado. A implementação de mudanças, de qualquer grandeza que seja, exige do indivíduo uma atuação no sentido de se disciplinar e eventualmente se organizar com outros indivíduos igualmente interessados para atingir, privadamente, o que se almeja.

Em suma, a problemática pode, intencionalmente, ser resumida na conjunção dos seguintes questionamentos: o neoliberalismo é um sistema normativo? É possível democracia dentro do neoliberalismo?

O aparecimento da temática da democracia, da governamentalidade e da crise foram um polígono a partir do qual se antevê uma tarefa possível. Nesse eixo, no centro do polígono, é que se pretende encontrar a resposta para o problema da normatividade neoliberal. A crise aparece como uma caracterização desse próprio regime, uma vez que é com a desestabilização sistemática que consegue se renovar, fortalecer e perpetuar. Aqueles que anunciaram o fim dessa economia com a crise de 2008 depararam-se com a gestão da desordem que a garante a manutenção da própria ordem. Viu-se um sistema que se fortaleceu e uma estratégia que se repete de tempos em tempos. Às vezes, localmente; às vezes, globalmente.

A crise, na sua expressão geográfica, é um elemento que aproxima o eixo econômico mais largo para o mais estreito, criando uma vacância ficcional a ser preenchida por um conteúdo derivado da disputa de forças. Não se trata unicamente de uma ocupação piramidal, a partir do globo para o local de diretrizes do neoliberalismo, mas de uma ocupação de escalas de controle em uma relação de proximidade grande entre escalas muito diversas. Com isso, não se elimina a implantação de um certo conjunto normativo em um país em crise econômica a partir de instituições internacionais, mas também deve ser considerada a maneira como alguns países hegemônicos exercem forte poder decisório dentro desses órgãos. A escala estreita a que se refere não é meramente aquela das instâncias administrativas ou estatais, como os efeitos econômicos na administração pública de um município em face de uma crise global. A escala da crise atinge mesmo o nível da subjetividade, a partir do qual faz preciso perscrutar se o que se constitui é uma subjetividade apta a enfrentar crises, elevando a análise de risco ao nível privado, ou se a própria constituição da subjetividade está em crise.

A governamentalidade é uma chave de leitura ativada teoricamente por Michel Foucault, entre os anos 1977 e 1979. Esse tema está umbilicalmente relacionado com a biopolítica, o modo de gestão em que a vida é tomada pelo poder. Assim, para além do poder disciplinar, que atua na esfera da individualização, normalizando as condutas no nível da especificidade, aumentando a força útil desses corpos, distribuindo-os em um campo de visibilidade e, portanto, de vigilância, aparece também a modulação da gestão do poder biopolítico. Essa forma incide no nível do corpo populacional, no nível das massas, criadas agora como objeto por meio de instrumentos como a estatística e outros mecanismos de regulação, previsão e medição para promover uma homeostase do corpo social, otimizando, em última instância, a vida. O objeto "população" criado a partir mesmo da incidência do poder se estabelece como portador de regularidades típicas, de forma que o governo pode sobre ele atuar por meio daqueles mecanismos. Essa previsibilidade e generalidade permite que o governo atue com mais eficácia do que outras vislumbradas anteriormente, como a família, que passa a se restringir a mero meio de controle do nível populacional, agora objetivo final do governo. Esse processo é denominado de governamentalização do Estado, o que, por si só, já indica que é uma dinâmica do poder que passa a atravessar o Estado, e não que isso seja resultado da estatização da sociedade.

A democracia, por outro lado, é o elemento de síntese e concentração e a partir do qual do se pretende revelar a atinência da normatividade neoliberal, bem como sua produção subjetiva, em relação ao direito. Produção essa operada pela mobilização de elementos do dispositivo. Tomando a democracia como o poder popular de autogestão decisória e organizativa, é necessário pensar como a população se relaciona com a representação estatal em uma vinculação de terceirização da decisão da vida coletiva. Aqueles que vivem sob a égide da primazia da privatização, constituem-se a partir de uma alocação de interesses em esferas privadas, efetuando um esvaziando do espaço público. Esse espaço, que há muito já não correspondia a qualquer semelhança com a "ágora" - local de deliberação política dos cidadãos gregos - está se destituindo mesmo da sua qualidade relacional, imbuída de diversos dissensos e conflitos. Agora, o cuidado do espaço público tem cabido cada vez mais a uma administração de resultados, como efeito da escalada do discurso empresarial na representatividade política. Hoje, o usufruto desses espaços é cada vez mais disponibilizado para grupo seletivo de pessoas. Trata-se de uma injeção de privatização na esfera pública, no qual as clássicas esferas da casa e praça, interpõem-se e revelam uma zona de indiscernibilidade.

O neoliberalismo e a subjetividade formam, portanto, o primeiro eixo. A problemática da crise estabelece uma forma interpretativa de qual seria o funcionamento do neoliberalismo. A governamentalidade, como chave interpretativa dos processos de gestão de poder, por outro lado, diz justamente de uma interpelação dos processos de produção de subjetividade, no sentido de também eclipsar o tema da constituição da subjetividade. Por fim, com a percepção da democracia a partir dos efeitos da intersecção entre o neoliberalismo funcionalizado pela crise e as subjetividades produzidas pela biopolítica, não está se visando descobrir os efeitos dessa zona em toda a sociedade e sim no envolvimento dos sujeitos na relação entre público e privado, no exercício da soberania popular e na emergência de um governo autocrático sem pluralidade.

2.3 O GOVERNO BIOPOLÍTICO

O governo não é uma operação fundada e atrelado ao Estado. Governar ou organizar a vida social não é uma atividade operada unicamente pela entidade estatal. Ao contrário, o governo é uma prática de cruza o Estado, em certo período histórico, mais precisamente entre os séculos XVI e XVII. Como essa prática adentra o Estado e, simultaneamente, efetiva-se em outras práticas sociais pode remontar temporalmente desde o início do período que se convencionou denominar modernidade. A temática do governo adentra a esfera política nesse período por motivos da demanda por controle território e reforçamento da soberania, coincidindo com a organização dos territórios soberanos e da construção histórica do que se tem hoje por Estado²¹.

A literatura política nesse sentido foi vultosa. O livro “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel é de notório conhecimento na atualidade. Isso porque teve importância ímpar na composição do Estado. O príncipe, de que se fala, não é titular do território segundo algum critério que se possa conceber como legitimidade. A demanda por exercer o governo de modo contínuo se dá exatamente porque o princípio não é representante do território; a soberania que

²¹ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Cap. 17. p. 407-431. Trad. Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza. p. 408. “*Por um lado, movimento de concentração estatal, por outro, de dispersão e dissidência religiosa: é no encontro desses dos movimentos que se coloca, com intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método etc*”.

exerce-se daí porque a relação que tem com o espaço geográfico e com as ações que executa sobre as pessoas que ali residem é possessória. O príncipe não é ascendido ao posto máximo de gestão soberana por meio da força popular, mas por meio de acordos ou vitórias efetivadas por altas cúpulas. A própria concessão do governo por meio da herança não imbuí o príncipe de legitimidade. Isto é, a passagem do posto de governo de pai para filho não cria um elo de legitimidade entre governante e governados. Este se dá desde uma exterioridade, o príncipe nunca é parte e é sempre estrangeiro e superior²².

Diante disso, o que os aconselhamentos buscam consolidar é um vínculo entre príncipe e principado, alcançando estabilidade e solidez diante da ausência de laços naturais ou jurídicos. A construção desses laços se dá para que o território seja estabelecido internamente – ou seja, de modo que haja uma relação de respeito entre governantes e governados – bem como externamente – vez que é necessário que os súditos defendam o território de ameaças externas. Essa literatura de aconselhamento de príncipe tem por função criar as condições de um governo aceitável e fortalecido diante de eventuais inimigos²³. Trata-se de forjar uma prática de governo que seja vertical, desde fora. Aqui, somente o soberano governa. E esse governo é fundamentalmente político. Assim, angaria sentido a percepção de que essa forma de conceber o governo efetua uma ruptura entre moral e política, dando proeminência para a política caso ambas entrem em conflito na esfera decisória. Um bom príncipe é aquele que contraria sua própria moral em face da necessidade da maximização dos benefícios de uma decisão política.

A mesma característica não deve ser dita acerca de um outro conjunto de literatura de aconselhamento de governo, os conhecidos espelhos de príncipe. Essa vertente se opõe ao governo de modo singular e dispõe o governo por meio de uma multiplicidade de relações²⁴. Governa-se, a saber, a casa, a família, as crianças, províncias, conventos, ordens religiosas etc. O governo do príncipe não está excluído desse rol, mas é uma modalidade de governo. É possível descrever essas diversas formas de governar a partir de uma relação tripartite. O governo de si mesmo seria uma forma de se autogovernar, o qual se realizaria por meio de princípios morais regentes das ações da pessoa; o governo da casa e da família seria o campo

²² FOUCAULT. Idem. 2015. p. 410. “*Os laços que unem [o príncipe] ao principado são de violência, de tradição, estabelecidos por tratado com a cumplicidade ou aliança de outros príncipes, laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural ou jurídica (...)*”.

²³ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 411. “*Esquemáticamente, pode-se dizer que O Príncipe de Maquiavel é essencialmente um tratado de habilidade do príncipe em conservar seu principado (...)*”.

²⁴ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 411. “*Existem portanto muito governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade*”.

de regência a partir de uma economia; por fim, o governo do Estado seria um governo que se conceberia politicamente²⁵. Essas três formas seriam consolidações de formas de governar, dispostas segundo uma continuidade e diferindo-se segundo a escala e o grau. O que se alternam são as diretrizes – moral, econômica e política –, não a natureza do governo. Para dizer de outro modo, um bom governo do Estado depende de um governante que também execute um bom trabalho moral sobre si e econômico sobre a família. E essa lógica é generalizável; um governo estável depende e produz uma sociedade de famílias e sujeitos bem governados.

Esse *continuum* dos múltiplos governos organizado pela tríade tem como centralidade a gestão da família. O movimento ascendente ou descendente nessa escala passa pela economia familiar. A economia é o eixo, que imanta e catalisa os demais governos. Trata-se de fazer do governo da família um modo de inserção qualitativo nos demais governos. Desse modo, o governo pessoal pode voltar-se, por meio das diretrizes morais, para a constituição da família e, sobretudo, um bom governo do Estado é caracterizado como governo econômico. Assim, o pai que controla os proventos familiares, uma vez convertido em chefe de Estado, atenta-se meticulosamente para as riquezas da nação; os moradores da casa, entre familiares e agregados, vigiados na individualidade e nas relações que estabelecem entre si emprestam essa atenção para o governo político no que se refere à população. No final desse processo, a economia, então, é ressignificada, deixando de constar apenas como uma forma de governo, para passar a implicar em uma complexidade de atuações sobre esferas da realidade²⁶.

Uma definição de governo nessa literatura de espelho de príncipe, oposta à proposição maquiavélica de exterioridade, é de que governar é executar uma correta disposição dos elementos de que se assumiu o encargo para conceder-lhe um fim correto. Nisso, encontra-se uma importante implicação: dispor os elementos governáveis é alocá-los de um modo que a relação que as pessoas com eles estabelecem propiciem a realização das diretrizes de modo que essas encontrem uma finalidade. Governar não é exercer poder diretamente sobre as pessoas, mas promover uma disposição dos dados governáveis para que as pessoas sejam governadas por meio das relações que com eles estabelecem. Governar é, mais precisamente, governar relações. Essas relações se dão entre pessoas e coisas, sob a égide de uma ambientação. Eis a

²⁵ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 412.

²⁶ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 413. “Governar um estado significará portanto estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atento quanto a do pai de família”

formação do dispositivo. As pessoas do território são o encargo de um Estado, mas são os elementos governáveis com que se relacionam que incide a atividade estatal. Então, as relações que as pessoas estabelecem com “*as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; (...) os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; (...) os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte etc*”²⁷.

O que cada aconselhamento de governo almeja? Isto é, os modos do governo desde a externalidade e o governo desde o contínuo de múltiplos governos são, demonstradamente, diversos, mas a resultante desses processos se dirige a que finalidade?

O governo externo do príncipe, como dito, volta-se para a própria continuidade e estabilidade. Essa estabilização confunde-se com a conquista da matéria prima do bem comum e este, por sua vez, não é outra coisa senão a obediência irrestritas das leis emanadas do governo soberano. O bem comum como finalidade do governo vertical, portanto, é desde logo tautológica, uma vez que remete ao próprio processo de aderência soberana. Em outros termos, a lógica é que os súditos sejam submissos às leis para que o soberano, que as emana, governe súditos submissos. Para governar desse modo, faz-se uso da disseminação do medo e da obrigação violenta da obediência às leis soberanas²⁸.

Já o objetivo da arte de governar as diversas instâncias da vida volta-se para alcançar a finalidade de cada coisa em particular. Desse modo, cada relação governável é voltada para atingir sua finalidade própria, fazendo do governo múltiplo também um governo voltado para múltiplas finalidades. Para tanto, os elementos relacionais que se governam são dispostos estrategicamente para finalidades. O governo das continuidades é feito pela estratégia e não pela submissão à lei soberana, da qual também é feito uso estratégico. A finalidade do governo não é pré-definida, está nos próprios elementos de que se encarregou de dirigir, encargo de que deve ser tratado com perfeição e intensidade²⁹. Para executar essa tarefa, exige-se paciência

²⁷ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 415.

²⁸ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 417. “*A finalidade da soberania é circular, isto é, remete ao próprio exercício da soberania. O bem é a obediência à lei, portanto o bem a que se propõe a soberania é que as pessoas obedeçam a ela*”.

²⁹ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 417. “*O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum (...), mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar*”.

para evitar o uso da violência, soberania como conhecimento da especificidade daquilo que se governa e diligência de modo a apenas se beneficiar daquilo que beneficia toda a comunidade³⁰.

Esses dois modos de governo ou essas duas maneiras de conceber o governo do Estado disputam o processo de consolidação das instituições modernas. A razão que engendra a organização do Estado seria, segundo Foucault, uma reelaboração dessa arte de governar múltiplos governos. O mercantilismo é a demonstração de como a riqueza doméstica de uma nação foi mobilizada para racionalizar a economia em seu escopo. Trata-se de um modo de gestar a relação das pessoas para com a riqueza, intensificando por meio da disposição estratégica dessa relação a finalidade interna de enriquecimento nacional. Essa estratégia sucumbe justamente diante das práticas soberanas de submissão às demandas soberanas, impostar por meio de institutos legais, voltados para um processo de enriquecimento interno, de modo a prevalecer geopoliticamente sobre outras nações. Ou seja, o próprio processo de enriquecimento interno é objeto das duas formas de estabelecer o governo, alternam-se a depender a conjuntura³¹.

O desbloqueio da arte de governar, ocasionado pela prevalência das práticas soberanas de governo, é marcado por um processo de expansão demográfica no século XVII. Esse aumento populacional seria inserido num momento histórico de prosperidade agrícola e comercial, de modo que a dinâmica social seria igualmente mais relevante e estática. Para racionalizar essa nova realidade, fez-se necessário a articulação de uma ciência do governo. A arte de governar é retomada, pois a estatística permite racionalizar vários problemas da população sem que se reforce a demanda por obediência às leis. Governar passa a ser o direcionamento da gestão para a integridade da população. Isso porque a estatística vai conceder ao governo a demonstração de regularidades típicas da população, a partir das quais é possível criar estratégias. As doenças, mortes, nascimentos, acidentes têm regularidade observável e mensurável. A família perde a centralidade nessa nova forma de governar porque os efeitos estratégicos podem ser projetados desde escalas maiores, passando assim a ser mero instrumento de gestão da população.³²

³⁰ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 418-419.

³¹ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 422. “*O mercantilismo, assim, procurava introduzir as possibilidades oferecidas por uma refletida de governo interior de uma estrutura institucional e mental da soberania, que ao mesmo tempo a bloqueava*”.

³² FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 424.

O aparecimento da estatística dentro dos quadros do Estado promove uma reelaboração da arte de governar. Isto é, aquilo que era da ordem do artístico, daquele que exerce certo ofício com absoluto rigor, para a ciência política, inscrevendo o governo dentro da nova ordem de saberes científicos. Em suma, o governo atravessa o Estado, governamentaliza-o, por meio da postulação dos processos vitais da população como eixo de atuação do governo e a população como objeto de encargo do Estado³³. Esse governo do Estado, já que voltado para os processos vitais, é denominado biopolítico, portanto. A biopolítica implica simplesmente no contexto em que a gestão do Estado passa a ser visualizada como destinada às massas, aos corpos, à população, aos habitantes. A biopolítica é uma descrição do direcionamento do governo racionalizado, forjando uma razão de Estado. Para dizer de outro modo, o Estado agora é gestado segundo uma racionalidade própria, voltada a seu próprio fortalecimento, obstruindo a consumação de uma soberania que se sustenta pelo príncipe.

2.4 *HOMO ECONOMICUS*

Já faz quase 40 anos desde que Michel Foucault anuncia, muito precocemente em um curso dado no Collège de France entre 1978-79, um encravamento da governamentalidade pelo neoliberalismo, a partir da constituição de uma forma subjetiva, a do *homo economicus*³⁴. Esse sujeito que se pretende instituir é a menor partícula social e que, ao mesmo tempo, repete a lógica dos valores do mercado em suas condutas, sempre realizando cálculos decisórios puramente racionais, ampliando o custo benefício de qualquer agir social. Todo o trabalho de investigação da produção de subjetividades feita por Foucault, não sendo esta uma exceção, baseia-se no governo realizado ao mesmo tempo por si e pelos outros. Isto é, a subjetivação desse sujeito típico da governamentalidade neoliberal é produto tanto de um governo externo, produzido e conduzido pelo outro, quando pelo governo produzido pelo próprio sujeito, já que não é possível que técnicas de subjetivação funcionem apenas com a indução alheia.

Para isso, Foucault analisará a retomada do liberalismo tanto na Alemanha pós-guerra, conhecido como ordo-liberalismo, quanto nos EUA, a partir da Escola de Chicago, ambos

³³ FOUCAULT, Michel. Idem. 2015. p. 430.

³⁴ FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 310.

elaborados como respostas críticas ao Estado que intervinha positivamente na economia. Em outros termos, a crítica de uma governamentalidade do estado de bem-estar social insurge como uma nova forma histórica de governamentalidade biopolítica em que o governo, tanto das massas quanto dos indivíduos particularmente, formula-se a partir da introdução de uma noção de maximização dos proveitos em face do custo-benefício. Principalmente nos EUA, via-se uma introdução do empreendedorismo em todos os campos das relações sociais, passando pelo indivíduo, a família, a administração pública, até a definição da função estatal como fomentador do livre mercado. Isso porque a ideia de que o livre mercado só é possível por meio da redução da atuação do Estado inclui a existência estatal como suporte legal para a implementação da concorrência³⁵.

A interpretação é que o trabalho, por exemplo, deixa de ser um produto a ser vendido em uma relação do empregado com o empregador, colocado dentro mesmo de uma relação de capital industrial e produtividade material. Então, passa a ser uma forma mesma de investimento, da qual se subtrairá uma rentabilidade, a partir do afinco para com a atividade realizada bem como os investimentos anteriores mobilizados no sentido de adquirir a aptidão para aquele trabalho, revelando uma relação de trabalho muito mais próxima de uma financeirização da vida. Mais revelador que uma relação, certamente fragmentária, de compatibilidade da organização do Capital com a relação do trabalhador individual nas suas relações de trabalho, é esse investimento para valorização do trabalho, que pode ser tanto da ordem de educativa, nutricional etc. quanto da ordem afetiva. Não é novidade do neoliberalismo que os hábitos alimentares e processos pedagógicos estejam para as pessoas como produtos a serem consumidos e sejam de maior qualidade na mesma proporção em que se está disposto a pagar por eles. Por outro lado, é peculiar que o próprio afeto, muitas vezes tido como prejudicial ao disciplinamento, apareça como fator de elevação da rentabilidade desse "capital humano"³⁶. Com isso, observamos os efeitos de normalização do neoliberalismo vão além da repetição das inovações do neoliberalismo, como a financeirização, em todas as instâncias em que circula capital, mas inclui dentro dessa lógica os mais diversos níveis da existência humana, governando-as e, então, incluindo-as mesmo na circulação de capital.

³⁵ HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 3, p.99-133, ago. 2012, p. 107.

³⁶ HAMANN, Trent H. 2012, Idem. p. 108.

Um trabalho imprescindível para o tema, sem dúvida, é o livro "A nova razão de mundo" escrito a quatro mãos por Pierre Dardot e Christian Laval³⁷. Após a crise de 2008, frequentemente intelectuais flertaram com a enunciação do fim do neoliberalismo, e foi em oposição a esse posicionamento, um erro de diagnóstico, que ambos escreveram esse livro, uma vez que entendem que é por meio da análise da gênese do neoliberalismo que se torna compreensível a lógica interna desse sistema normativo. Para eles, o neoliberalismo é retomado na década de 80, tratado como retomada da lógica do laissez-faire e, então, em um movimento de aproximação do mercado com uma natureza da sociabilização humana, a qual encontra uma homeostose que só é desestabilizada por uma intervenção externa. O papel do governo aqui seria apenas de uma intervenção negativa, saindo por iniciativa própria da realidade das relações sociais, *"é unicamente no sentido de uma ação pela qual o Estado mina os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do serviço público previamente confinada a ele"*³⁸.

No entanto, o neoliberalismo não se resume a um princípio abstencionista e naturalizante do mercado, mas também - e isso explica o erro de diagnóstico bem como o fortalecimento de política neoliberais - é uma normatividade prática que *"produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades"*³⁹. Com base no enquadramento do neoliberalismo como razão governamental - expressão de Foucault -, compreende-se a tendência a atuar nas decisões dos governantes bem como na conduta dos governados⁴⁰. Sendo assim, *"o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência"*⁴¹.

O neoliberalismo não pode se resumir, então, a análises econômicas, pois não se refere apenas a uma nova forma de acumulação de capital, mas a uma série de dispositivos de controle populacional⁴² que se aderem tanto ao regime econômico quanto às condutas daqueles regidos por ele. Por isso, não é só a economia que é outra; trata-se também de uma atualização da sociedade inteira⁴³, de modo que "devemos falar de uma sociedade neoliberal, e não apenas de

³⁷ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem.

³⁸ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 15.

³⁹ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 16.

⁴⁰ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 17.

⁴¹ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 17.

⁴² LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 26.

⁴³ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 24

política neoliberal ou economia neoliberal"⁴⁴. Com isso, a forma típica da empresa passa a ser uma fonte reguladora para toda a existência, atuando em campos aparentemente alheios ao mercado financeiro, por meio de uma exigência constante de competitividade, um critério que agora passa a integrar uma racionalidade de governo⁴⁵.

Dardot e Laval denominam essa nova produção subjetiva de "subjetivação contábil e financeira", que se inicia, por exemplo, com a projeção de uma vida endividada antes mesmo do final da graduação, pois o estudante se vê forçado a se vincular a instituições bancárias por meio dos mais diversos tipos de financiamentos universitários. Eles referem-se as formas mais estritas ao cenário estadunidense, porém essa situação é cada vez mais comum no Brasil, com as políticas recentes de financiamento estudantil. Os desdobramentos disso estão dispostos dentro dos modos de relação com si mesmo de maneira a repetir a relação do capital para com si próprio, isto é, *"uma relação do sujeito como ele mesmo como um 'capital humano' que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais"*⁴⁶.

Já Maurizio Lazzarato, na obra "Signos, máquinas, subjetividades", está diante da mesma discussão acerca da relação entre neoliberalismo e as formas de produção de subjetividade, porém a coloca de forma bastante diversa. Aqui, o capitalismo é justamente a política que harmoniza a produção material da vida, das esferas econômicas e tecnológicas, com a produção de subjetividades, isto é, regula a articulação entre a economia material e a economia subjetiva. Entretanto, o modelo neoliberal do capitalismo é exatamente o momento histórico em que essa regulação se encontra falida; assim, *"hoje, a fraqueza do capitalismo reside na produção de subjetividade"*⁴⁷. Desse modo, se há um processo de crise constante na produção, encontra-se correspondência na crise mesma da forma subjetiva.

Trata-se de uma visão dissidente daquele que se fez até então, pois entende que as contribuições de Foucault, supracitadas, no que se referem à modulação da subjetividade pela forma-empresa, são insuficientes. Isso porque a empresa está vinculada à instância da produção material e econômica que, por sua vez, consome as relações sociais vigentes anteriormente, desfazendo a sociedade mesma, com vistas a um espaço que não é aquele da empresa ou sequer

⁴⁴ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 26.

⁴⁵ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 27.

⁴⁶ LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. 2016. Idem. p. 31.

⁴⁷ LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. Trad. Paulo Domenech Oneto. São Paulo: n-1 edições/ Edições Sesc São Paulo, 2014. p. 14.

do mercado. A introjeção da subjetividade conduzida ao risco, à iniciativa, ao cálculo racional das trocas sociais conduz "*a uma depressão amplamente difundida, um mal do século, a recusa em aceitar homogeneização e, finalmente, o empobrecimento da existência trazido pelo 'sucesso' individual do modelo empreendedor*"⁴⁸.

A subjetivação empresarial não conduz a maioria dos sujeitos sociais ao sucesso e, portanto, à felicidade alienada, mas apenas a uma difusão da disputa por condições de vida cada vez mais precarizadas. Em suma, a articulação harmoniosa antes posta em termos de atravessamento de governo do espaço do sujeito individual até as decisões políticas e arranjos de mercado não existe, estando, em verdade, em crise, a partir da qual se desvelará um movimento de endividamento⁴⁹. O sujeito endividado carrega invariavelmente a responsabilidade de sua condição, o que corresponde à difusão da culpabilidade dos fracassos do mercado. Agora, o que era implementado por meio do Estado de bem-estar social fica bloqueado, uma vez o mercado se fortalece por meio das finanças estatais, uma forma de conversão dos dispêndios com o aplainamento das desigualdades sociais em dispêndios na irresponsabilidade financeira dos cidadãos. Com isso, "*o capital (...) se encontra num impasse 'subjetivo' que acaba por forçá-lo a suspender a democracia e adotar formas autoritárias de governança*"⁵⁰.

⁴⁸ LAZZARATO, Maurizio. 2014, Idem. p. 14.

⁴⁹ LAZZARATO, Maurizio. 2014, Idem p. 15.

⁵⁰ LAZZARATO, Maurizio. 2014, Idem. p. 23.

3 A REDE DO DISPOSITIVO

3.1 ALERTA: ACONTECERÁ, ACONTECEREMOS

O método, como a etimologia da palavra parece sugerir, é o meio. Se o controle da subjetividade e a gestão da vida estão em *jogo* nas práticas governamentais, resta interrogar quais são estes meios.

O discurso como se coloca aqui não é da mesma ordem que o discurso que se faz aqui. Postular a discursividade, que implica em uma cadeia de articulações sem lugar próprio, dentro de um discurso, no caso acadêmico, é um ato de envolver o discurso pela discursividade. Trata-se de fazer da discursividade ficção de si mesmo. E isso é necessário para evitar que o discurso seja, imediatamente, controlado pelas exclusões que as práticas discursivas operam. As exclusões não se esquivam em obliterar o caráter material do discurso. Tal remissão à materialidade é inevitável, por outro lado, pela própria obliteração praticada, já que a tentativa de deixar de referir a certas significações discursivas remete, simultaneamente, aos efeitos de poder que circulam pelo discurso. A exclusão é, *per se*, a demonstração dos efeitos de poder do discurso, de modo que eclipsar a materialidade do discurso remete simultaneamente a ela⁵¹.

A exclusão da materialidade do discurso se dá pela vontade de verdade. Essa vontade e, mais precisamente, os efeitos que constituem são responsáveis pela efetivação de uma barreira entre o verdadeiro e o falso⁵². E essa prática de verdade é externa ao próprio discurso, fazendo com que ele envolva uma série de discurso. A saber, a exclusão da materialidade também se faz pela palavra interdita e pela divisão da loucura, pois seriam modalidades discursivas diversas da verdade. Então, o que está no centro da discussão é a separação entre o que é verdadeiro e o que não é. A vontade de verdade é, ao mesmo tempo, um discurso que separa o verdadeiro do falso e as condições de plausibilidade do discurso, bloqueando a discursividade falsa e anormal. Esse duplo caráter da vontade de verdade propicia um entrecruzamento entre

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 8-9. “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, *esquivar sua pesada e temível materialidade*” (grifos meus).

⁵² FOUCAULT, Michel. Idem. 1999. p. 14. “(...) essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de *separação que rege* nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, *institucionalmente constrangedor*) que vemos desenhar-se” (grifos meus).

elementos discursivos e não discursivos. Esse regime de coisas que estão dispostas entre o discursivo e não discursivo gesta uma planificação delas em uma ordem⁵³. Desse modo, as articulações do discurso e daquilo que o extravasa se apresentam como uma ordem. A organização dessa ordem implica, como se verá, em uma disposição histórica da dupla sujeição entre elementos discursivos e não discursivos – isto é, da constituição mútua entre eles –, que passará a ser denominada de dispositivo.

O que se encontre nesse entrecruzamento é da ordem da raridade. Não se trata de um discurso pré-discursivo que sobredeterminada a discursividade material, mas justamente o oposto: trata-se do que se encontra na relação constitutiva entre práticas discursivas e formações institucionais discursivas. Ao encontrar esse elemento raro e descontínuo⁵⁴, se está a encontrar uma cartografia da mobilização histórica da racionalidade discursiva. Este é o continente no qual o dispositivo de inscreve pelas urgências históricas. Esse entrecruzamento remete à “história a contrapelo”, faz dela aparecer os discursos obstruído, as vozes silenciadas pela gritaria do cortejo triunfal daqueles que, das condições históricas da enunciação, fazem seus urros⁵⁵. O que se dá dentro desse encontro disruptivo é um acontecimento ímpar pela sua raridade e desconformidade histórica. O acontecimento, como se presume pela apresentação fratura a ordem de coisas em uma abertura para a novidade, a criação e a resignificação. Em outros termos, trata-se de “*questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento*”⁵⁶.

Encontrar o dispositivo é, portanto, desvelar o entrecruzamento da discursividade convertida em materialidade pelos efeitos de poder. Assim, o dispositivo constitui ambientações que bloqueiam a inovação. O dispositivo, é preciso estar alerta, opera com força bruta, ainda que pelas mais dialógicas táticas. Por outro lado, é nesse ínterim de materialidade e

⁵³ JAQUET, Gabriela Menezes. Discursivo e não discursivo: Acontecimento em Foucault, Deleuze e Veyne. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p.715-731, 26 dez. 2016. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2177-6342.2016v7n14p715>. p. 719.

⁵⁴ JAQUET, Gabriela Menezes. Idem, 2016. p. 720. “(...) o discurso teria de fato se desenvolvido de forma a ocultar todos os possíveis que estão para além dele mesmo – tal é seu princípio de raridade. Dessa maneira, será o princípio de descontinuidade o que não permitirá a afirmação de que haveria um discurso supremo (...)”.

⁵⁵ A metáfora é emprestada de: BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin - Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses sobre o conceito de história \(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2018. “(...) todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”.

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. Idem. 1999. p. 51.

discursividade, na zona de atrito entre essas formulações de natureza supostamente diversa, é possível encontrar um pensamento sobre o raro. Ali, eureka, aconteceremos.

3.2 DISPOR MULTIPLAS HETEROGENEIDADES

O que é um *apparatus*?

A literatura pós-estruturalista⁵⁷⁵⁸ tem usado esse termo bastante indiscriminadamente. Via de regra, ele é encontrado antecedendo gramaticalmente algum dos grandes temas trabalhados por Michel Foucault⁵⁹. A saber, encontramos dispositivos da prisão, da sexualidade, da biopolítica, do neoliberalismo. Com a mesma condição de síntese, aparecem definições para isso, ainda que se trate de utilizar atualizações daqueles objetos tidos como dispositivos. Sobretudo quando a referência do dispositivo se conecta com prisão ou neoliberalismo, uma expressão os acompanha: a estrutura. De algum modo, a expressão “dispositivo” concentraria, então, uma série de características referentes ao objeto que a segue. A prisão, por exemplo, seria organizada segundo uma estrutura panóptica. O neoliberalismo, por outro lado, referir-se-ia a certa economia de mercado.

Paul Veyne compartilha de uma acepção do dispositivo como configuração. Na tradução inglesa do livro sobre Foucault, a expressão é substituída, com algum sucesso, pela palavra “*set-up*”⁶⁰. Em uma nota, o autor afirma, um tanto indistintamente, que a expressão “dispositivo” é utilizada por Foucault para evitar confusão com a noção de estrutura, bastante em voga no período em que escrevia⁶¹. A nota não faz referência a outros textos, de modo que nos deixa apenas com a conclusão de que a afirmação foi feita com base da experiência de Veyne. De todo modo, não se trata de afirmar que a noção de dispositivo é utilizada como substituto de estrutura, como se uma valesse pela outra. Trata-se, em verdade, de uma

⁵⁷ WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Trad. Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 107. “O pós-estruturalismo pode ser considerado uma reação crítica a uma série de movimentos que dominavam a intelligentsia francesa da década de 60 (...)”.

⁵⁸ WOODWARD, Ashley. Idem, 2016. p. 108. “O pós-estruturalismo pode ser considerado, por um lado, como uma aceitação e uma extensão de muitos princípios estruturalistas, e, por outro, como uma crítica e um contramovimento deste último”.

⁵⁹ Curiosamente, o texto de Woodward coloca Foucault tanto como estruturalismo como pós-estruturalista, “(...) devido à forma como sua obra tardia desenvolveu corretivos às limitações do próprio estruturalismo”. WOODWARD, Ashley. Idem, 2016. p. 109.

⁶⁰ VEYNE, Paul. **Foucault: His Thought, His Character**. Trad. Janet Lloyd. Cambridge: Polity Press, 2010. p. 9.

⁶¹ VEYNE, Paul. 2010. Idem. p. 149.

diferenciação na esfera da significação. Isto é, o dispositivo é uma fórmula teórica que não repete a estrutura, mas reorganiza temáticas anteriormente tratadas estruturalmente. Dispor, como se pode presumir, não implica em estruturar.

Essa interpretação está autorizada pela definição de dispositivo que Veyne concede, segundo a qual consiste em “*leis, ações, palavras e práticas que constituem uma formação histórica, seja ela uma ciência, hospitais, amor sexual ou o exército*”⁶². Esse conceito refere-se, portanto, a singularidade histórica de algo em um período. Em outros termos, o dispositivo faria referência a especificidade obtida por *algo* em decorrência da afecção com práticas e discursos. Essa especificidade, não obstante, apresenta-se por essas práticas e discursos. Dito de outro modo, os discursos e práticas promovem a disposição de elementos dentro do dispositivo ao mesmo tempo em que são, eles mesmos, dispostos. É notável que o dispositivo seja apto a imiscuir elementos de diversificadas ordens em uma singularidade⁶³. Conforme conceituado, são exemplos de elementos constituidores do dispositivo leis, ações e palavras. Leis, ações e palavras são de ordens diferentes, referem-se a significações diferentes, contudo, todas confluem ao dispositivo.

A confluência encontrada no dispositivo não possibilita a determinação histórica, mas, ao contrário, a dinâmica histórica. O que se encontra nas entranhas do dispositivo não são passíveis de uma lógica histórica, uma racionalidade ou uma dialética. O combate, mais propriamente, indicaria a relação entre esses elementos. Pode-se dizer, de outro modo, que os elementos do dispositivo dão a ele condições de constituição como tal e, ao mesmo tempo, limitam-no nas fronteiras históricas. Dizer que tais e tais disposições se encontram alinhadas a um certo conjunto de práticas e discursos não autoriza a especulação sobre seus desdobramentos. Os dispositivos consistem em relações de ocasionalidade ou singularidade⁶⁴. Ou seja, o dispositivo não é um dever ou determinação, já que não se constitui por relações de direito⁶⁵.

⁶² VEYNE, Paul. 2010. Idem. p. 31. “(...) *laws, actions, words and practices that constitute a historical formation, whether this be a science, hospitals, sexual love or the army*” (em tradução livre).

⁶³ VEYNE, Paul. 2010. Idem. p. 31. “*The 'discourse' itself is immanent in the set-up that models itself upon it (one always makes love or war in the manner of one's own period - unless, that is, one is inventive) and that embodies it in society*”.

⁶⁴ VEYNE, Paul. 2010. Idem. p. 35. “(...) *it was a matter of distinguishing the components of any **historical formation**, any set-up, finding the links between their components and revealing the **singularity** of everything*” (grifos meus).

⁶⁵ VEYNE, Paul. **Foucault**: O pensamento, a pessoa. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009. p. 41. “*E como os discursos não se sucedem segundo a lógica de uma dialética, também não se suplantam por boas*

O conceito de dispositivo ganha lugar teórico na obra *A vontade de saber*⁶⁶, primeira parte do arco sobre da história da sexualidade, de Michel Foucault. Não significa, contudo, que a densidade conceitual apareça misteriosamente, mas tem seu momento decisivo na referida obra. Por ocasião do lançamento, Alain Grosrichard entrevista Foucault, e nota, logo de começo, que o termo dispositivo executa uma função metodológica que diferencia a sexualidade que se dispõe ali como tema da sexualidade tratada por cientistas ou historiadores. Essa tratativa está solidamente vinculada a elaboração de novas inserções metodológicas, dentre as quais o dispositivo é relativamente proeminente. A resposta que segue demarca várias características do dispositivo e, sobretudo, a diferenciação entre qualitativa entre as noções de dispositivo e *épistémè*.

Primeiramente, trata-se de um conjunto heterogêneo. Assim, certamente, não se trata de algo como um monolito. Na condição de conjunto, não pode ser uno, mas múltiplo; pela composição heterogênea, aglomeram-se diferenças. Nesse conjunto, é possível encontrar “*discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*”⁶⁷. Esses elementos não exaurem as possibilidades de adesão ao dispositivo, contudo, os exemplos se aglomeram em discursos e instituições. Decisões regulamentares, leis e medidas administrativas são instituições, com discursividade, enquanto enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas são discursos, com institucionalidade. Desse modo, a composição do dispositivo coloca em jogo discursos e instituições de diversas modalidades e modulações. Em outros termos, é a *rede* estabelecida entre o dito e o não dito⁶⁸. As discursividades e as instituições são organizações de modalidades diversas, que ensejam uma articulação em rede ao dispositivo, sem, contudo, suprimir abertura da divergência local e constitutiva dos elementos dispostos.

A aparição das instituições na modulação de um tema é decisiva para a distinção entre dispositivo e *épistémè*, utilizado até então com uma função semelhante. Grosso modo, a

razões e não são julgados entre si por um tribunal transcendental, só mantêm entre si relações de facto, não de direito (...)” (grifos meus). Optou-se pela tradução portuguesa, nesta citação, por referir-se diretamente às relações de direito, enquanto a tradução inglesa, anteriormente utilizada, fala em relações de dever (should be).

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In.: **Microfísica do poder**. Trad. Angela Loureiro de Souza. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b, p. 364.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 364.

épistémè se referiria a um dispositivo – ou uma formulação – exclusivamente discursivo enquanto o dispositivo, mais amplamente, comportaria elementos discursivos e não discursivos⁶⁹. A ideia de dispositivo apareceria para englobar maior diversidade de elementos. As instituições seriam, especialmente, a novidade. Na ocasião, as instituições são definidas como “*tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado (...)*”⁷⁰. Como nota Jacque-Alain Miller, esse conceito poderia ser englobado na discursividade. Assim, o dispositivo poderia ser definido como um conjunto de discursividades heterogêneas, institucionalidades e não institucionalizadas. Do mesmo modo, o discurso seria uma forma mais eficiente de dizer *épistémè*⁷¹.

Entretanto, as instituições são, evidentemente, uma forma bastante específica de discurso, incorporada e formalizada, caso assumamos que são discursos. Com isso, postular a articulação entre discursos e instituições como dispositivo informa um matiz maior de precisão em relação à *épistémè* como conjunto de discursos bastante diversos. Em segundo lugar, é mais forte a demarcação da heterogeneidade do dispositivo com a proeminência das instituições. Conforme já efetuado, é possível articular os elementos dos dispositivos entre proeminentemente discursivos ou institucionais, ainda que frequentemente guardem uma faceta do outro. Essa constatação reafirma a amplitude dos matizes que constituem o dispositivo, vez que os próprios elementos do dispositivo não estão aptos para univocidade. Como se demonstrará, os elementos de um dispositivo podem ser, eles mesmos, dispositivos de segunda ordem. Com isso, marca-se a multiplicidade de elementos, compostos também heterogeneamente, que podem ser encontrados na análise do dispositivo.

Giorgio Agamben, ao refletir sobre o dispositivo, apresenta a constituição por elementos linguísticos e não-linguísticos⁷², à revelia da exclusão do dispositivo do campo da linguística efetuada por Foucault⁷³. A substituição de discursivo por linguístico pode ensejar em uma

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 367. (...) *a épistémè é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos*” (grifos meus). A formulação é confusa, vez que coloca a *épistémè* como um dispositivo, com a diferença de ser menos heterogêneo. Porém, optou-se por manter a ideia original, dita na informalidade de uma entrevista, pois evidencia que o dispositivo é uma sofisticação de formulações anteriores e não exclui a ideia de *épistémè*, bastante relevante na obra do autor até então.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 365.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 368.

⁷² AGAMBEN, Giorgio. O que é o dispositivo. In.: **O que o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 29.

⁷³ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 366.

completa reformulação da ideia de dispositivo⁷⁴. Isto é, a linguagem tomaria a cena do discurso. Ainda que a discursividade e a linguagem possam, eventualmente, referir-se a um mesmo conjunto, estão em campos teóricos distintos. A divisão dos elementos a partir da linguística realocaria o dito e o não dito, de modo que seria mais evidente postular as instituições como elementos não linguísticos. Contudo, essa nova divisão dá relevância para diferenciação entre o que é discursivo e o que é institucional. Desse modo, perde a localização da gama de matizes entre um e outro. Conforme já demonstrado, é possível que o institucional carregue uma faceta discursiva e vice-versa. Os matizes entre essas duas expressões organizadoras dos elementos do dispositivo que proporciona justamente a característica de heterogeneidade.

A relação que se desdobra entre esses elementos é da ordem do *jogo*⁷⁵. Em outros termos, os elementos podem assumir uma diversidade de posições e funções. Com isso, demarca-se a impropriedade das posições e das funções, vez que mudam dinamicamente. A relação de posição e funcionalidade pode ser apresentada, em forma de programa, por exemplo, ou eclipsada até mesmo a formação de uma prática muda⁷⁶. A relação entre os elementos diversos, ao assumir posições, apresentam ou escondem o dispositivo. A mudança de posições e funcionalidade demarca a mutabilidade da própria relação entre os elementos do dispositivo. Isto é, deve-se dizer que existem elementos heterogêneos que se relacionam entre si por formas igualmente heterogêneas. Se as posições dos elementos mudam, certamente a relação em rede mantida entre eles assumirá forma diversas. Se as funções dos elementos mudam, isso igualmente reverbera na composição da rede. Quando os discursos e as instituições mudam de posição e de função, altera-se a rede estabelecida entre eles. Assim, não é possível dizer de um dispositivo a partir da identificação da posição e da função dos discursos e instituições que o constituem. Essa identificação, no máximo, pode indicar as relações estabelecidas em um momento. Isso que se pode identificar, essa formação momentânea do dispositivo, é a resposta a uma urgência histórica⁷⁷.

⁷⁴ Não se trata de erro de tradução, pois a formulação referente a linguagem permanece na versão original do texto. “È un insieme eterogeneo, che include virtualmente qualsiasi cosa, **linguistico e non-linguistico** allo stesso titolo: discorsi, istituzioni, edifici, leggi, misure di polizia, proposizioni filosofiche ecc. Il dispositivo in se stesso è la rete che si stabilisce tra questi elementi.” AGAMBEN, Giorgio. **Che cos'è un dispositivo?** Roma: Nottetempo, 2006.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 364. “(...) existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de função, que também podem ser muito diferentes.”

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 364.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 365. “(...) entendo o dispositivo como um tipo de **formação** que, em determinado momento **histórico**, teve como função principal responder a uma **urgência**” (grifos meus).

Para demonstração teórica da aparição do dispositivo no livro *A vontade de saber*, o que está em questão é a constituição do dispositivo da sexualidade. Desse modo, a formação do dispositivo da sexualidade se apresenta como uma constituição complexa e heterogênea diversa da lei da interdição. A lei que impele a sexualidade à interdição não estaria apta a descrever todos os efeitos da visibilidade desse dispositivo, já que se trata de algo “*completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição*”⁷⁸. A prova disso seriam, a saber, os dispositivos arquitetônicos que eram incansavelmente organizados segundo a preocupação com a sexualidade. Curiosamente, trata-se da interferência de um dispositivo em outro, isto é, da constituição dos elementos do dispositivo da sexualidade por meio do dispositivo da arquitetura. Não se trata de um problema descritivo, já que se versa explicitamente de dispositivos secundários e dispositivos responsáveis por profícuas sujeições. Porém, evidencia-se que os dispositivos podem ser de ordem diversa e influenciarem-se mutuamente⁷⁹. Enquanto a arquitetura dá condições de possibilidade para a disseminação de discursos sobre a sexualidade, este retroalimenta as preocupações dos projetos arquitetônicos⁸⁰. Desse modo, a arquitetura pode se comportar tanto como elemento do dispositivo como um dispositivo *per se*. De um modo e de outro, o dispositivo se dinamiza a contrapelo dos anseios imantados no rigor da lei.

O dispositivo em questão não repete a proibição do tabu da sexualidade como um “*dispositivo de barragem*”; atua permeando o fracasso de um projeto de coibição dos vícios da sexualidade. A discursividade do veto opera, nessa conjectura, como o suporte sobre o qual se erigirá os campos de discursividade acerca da sexualidade. Com isso, a proibição deixa de eclipsar a aderência social com a sexualidade, já que circula nas fronteiras da visibilidade. Nesse raciocínio, encontra-se a noção de visibilidade em termos de batalha entre interdição e proliferação da sexualidade. A complexidade se dá justamente porque a lei que obstrui gera o sustentáculo para propagação, mas a problemática primária é a evidenciação de algo por meio da constituição e proliferação de formas discursivas e não discursivas que passam operar influência. Essas formas, elementos do dispositivo, ensejam uma visibilidade histórica do dispositivo. Relacionar-se socialmente com o dispositivo requer que ele seja previamente

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. 2015a. Idem. p. 26.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. 2015a. Idem. p. 23. “(...) *todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas **dispositivos secundários** com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-la moralmente aceitável e tecnicamente útil.*”

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. 2015a. Idem. p. 31.

organizado com a disposição dos elementos. Assim, o dispositivo posiciona incontáveis *linhas de penetração* que processos de subjetivação⁸¹.

3.3 AS CURVAS DAS FORMAÇÕES HISTÓRICAS

Gilles Deleuze, bem como Agamben, anota a importância do conceito de dispositivo. Em um curso sobre Foucault, em 1985, um ano após sua morte, Deleuze já aponta o dispositivo como parte da terminologia foucaultiana. Em verdade, referir-se-ia a uma formação histórica específica, composta por uma composição singular de visibilidades e enunciados. Essa combinação não é aleatória, ela é a coerência de uma época. De outro modo, pode-se dizer que “nenhuma formação histórica possui as visibilidades nem as enunciabilidades de outra”⁸². Desse modo, se a composição se altera, estaríamos a falar de outra formação histórica. Essa menção às formações históricas como um momento de composição do dispositivo refere-se à urgência histórica da identificação das posições dos elementos do dispositivo. Note-se que, se um momento histórico urge pelo posicionamento dos elementos do dispositivo, o resultado desse posicionamento, como a rede própria que a apresenta os elementos nessas posições, fará dele uma formação histórica. Aquilo que urge em um momento histórico produz uma formação histórica a partir do rearranjo do dispositivo.

Ressalta-se que, como Agamben, Deleuze não está a colocar o dispositivo como composto por discursos e instituições, mas por visibilidades e enunciados. É preciso, portanto, averiguar se essa composição do dispositivo encontra compatibilidade com os elementos propostos por Foucault ou, então, como em Agamben, se existe incompatibilidade parcial. Em Deleuze, o dispositivo é apresentado em termos de *linhas* múltiplas. O que, por certo, aproxima-se da ideia de dispositivo enquanto rede. Porém, coloca-se a articulação dessa composição como

⁸¹ FOUCAULT, Michel. 2015a. P. 47. “Trata-se, aparentemente, de um dispositivo de barragem; de fato; organizaram-se, em torno da criança, linhas de penetração infinitas.”

⁸² DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Trad. Claudio Medeiros e Mario Marino. São Paulo: N-1 Edições e Editora Politeia, 2017. (Aula 1). Disponível em: <<https://n-1publications.org/aulas-1>>. Acesso em: 29 jul. 2018. p. 37.

uma “*espécie de novelo ou meada*”⁸³. Em suma, um conjunto multilinear. Essas linhas podem ser de algumas dimensões.

As linhas proeminentes são a de visibilidade e enunciação. Mais precisamente, tratam-se de curvas, pois, como na matemática, não são necessariamente retas e são resultantes de outras linhas. Isto é, as curvas de visibilidade são resultantes de linhas de luz e as curvas de enunciação, por sua vez, por linhas de enunciados. As curvas de visibilidade indicariam, portanto, o regime de luminosidade do dispositivo. Não se trata de afirmar que essas linhas de luz, a depender de sua intensidade e quantidade, iluminariam algo, de modo que pudesse ser vislumbrado. A luminosidade não indicaria a possibilidade de enxergar algo como maior ou menor precisão, mas configura o objeto. O objeto não é pré-existente; o aparecimento ou desaparecimento desse objeto depende das linhas de luminosidade. Por outro lado, o regime de enunciação distribui as posições dos elementos do dispositivo. Esse posicionamento é a alocação dos elementos, de modo a demarcar a própria definição do dispositivo. Ou seja, dispositivos “*são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem*”⁸⁴. As curvas de visibilidade e de enunciação possibilitam a história daquilo que perpassam. Em outros termos, se é possível reconstituir o aparecimento ou desaparecimento de algo, bem como os matizes disso, em termos históricos é porque existem visibilidades que o constituem e enunciações que o definem.

O problema da visibilidade e da enunciação é certamente original⁸⁵. Porém, fundamenta-se, expressivamente, na obra de Foucault. A visibilidade, de que se fala, não se refere a um comportamento e a formação histórica dos regimes de visibilidade não constituem uma história de comportamentos. Tampouco, a enunciação, aquilo que se fala, descreve uma história das mentalidades. São, por outro lado, condições históricas de comportamentos e mentalidades. Nesse sentido, uma formação histórica é aquilo que designa a investigação de uma série de condições históricas, referentes a um determinado período, de comportamentos e mentalidades.

⁸³ DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Seguiu-se a tradução de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em: <<http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁸⁴ DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Seguiu-se a tradução disponibilizada pelo sítio eletrônico da Universidade de Coimbra, disponível em: <http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁸⁵ MACHADO, Roberto. **Deleuze**, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009. p. 163.

A saber, no que se refere à formação histórica da loucura, é possível identificar o hospital geral como um modo de ver a loucura. A condição de visibilidade se dá porque, no século XVII, encontravam-se no hospital geral tanto loucos como mendigos, vagabundos e depravados; e, no século XVIII, deixa-se o costume de juntar loucos e vagabundos. Em outros termos, era a percepção de loucura que permitia misturar loucos e vagabundos. Quando o louco se diferencia suficientemente do vagabundo na sensibilidade de certo momento histórico, já não convém misturá-los. Não se trata simplesmente de descrever a passagem da presença para ausência do vagabundo no hospital geral, mas encontrar quais as condições para que essa passagem aconteça⁸⁶. Isto é, o louco e o vagabundo eram percebidos juntos e, no século XVIII, passam a ser concebidos separadamente, como modos diferentes. Esta mudança no modo de ver o louco, como condição para a passagem de uma formação histórica para outra, é a que se refere um regime de visibilidade. O hospital geral, portanto, estabelece o regime de visibilidade da loucura.

Além disso, a loucura tem um regime de enunciados. É a medicina que constitui o regime de enunciação acerca da loucura. E a medicina não é responsável pelo hospital geral. Este tem origem em uma forma de policiamento da loucura. A medicina não operava dentro do hospital geral; produzia, fora dele, categorias de doenças que anunciavam a desrazão. A desrazão era a apresentação de formas alheias aos estados normais na mente, os desvios em relação àqueles que se encontravam em ordem com a razão. A desrazão constitui a possibilidade de enunciação da loucura por parte da concepção médica das doenças naquele período. Os tratamentos dos nervos e o hospital geral apenas coincidiram quando ambos já estão em um estado mais elaborado. Assim, não são regimes que surgem de uma mesma origem e tomam direção paralelamente. Se são curvas, só se encontram porque são convergentes; se são convergentes, não são paralelas. O desdobramento desses regimentos, ou pode-se dizer a mudança de posição, não coincide. Com isso, entende-se que *“tudo se passa como se houvesse uma heterogeneidade entre o hospital geral, lugar de visibilidade, e a medicina, lugar de*

⁸⁶ DELEUZE, Gilles. 2017. Idem. p. 18. *“Foucault mostra que não é nada disso: se o século XVII misturava os loucos com os vagabundos e os desocupados, era devido à sua própria percepção da loucura. Não em função de uma miopia, [mas] simplesmente de uma percepção perfeitamente articulada, [percepção] que está articulada de forma totalmente diferente em uma outra formação histórica.”*

enunciabilidade das doenças de cabeça”⁸⁷. De outro modo, as linhas de visibilidade e de enunciação são, como elementos de um dispositivo, marcadas pela heterogeneidade.

Em face disso, demonstra-se que as noções de visibilidade e enunciação partem das teorizações de Foucault. Ainda, como demarcado anteriormente, a composição do dispositivo permanece uma articulação heterogênea. Mais que isso, a investigação dessa característica, como formulada por Deleuze, permitiu ampliar a precisão do que se pode dizer por composição heterogênea. Essa caracterização permite aduzir que não se está a investigar um conceito de dispositivo com facetas completamente diferentes. Contudo, as articulações ficam ainda mais evidentes. O regime de visibilidade encontrará designação a partir da forma negativa do discurso, isto é, as visibilidades são não-discursivas. Desse modo, os enunciados, como se pode presumir, assumem a forma da discursividade. Note-se que os regimes se referem à composição do dispositivo, com elementos discursivos e não-discursivos. A saber, o hospital geral compunha o regime de visibilidade da loucura, de modo que, seguindo a comparação, seria elemento não-discursivo do dispositivo. Por conseguinte, o hospital geral é da ordem do institucional e da coerção. Certamente, os hospitais de loucos podem enquadrar-se naquilo que compõe o conjunto das instituições, bem como poderiam descrever uma forma de coerção.

As linhas de luz e de enunciados não são as únicas, contudo, a constituírem o dispositivo. Há também linhas de força, que não são visíveis ou enunciáveis. Por isso, não estão incluídas nos dois regimes mencionados. São linhas de outra natureza e se relacionam com as linhas de visibilidade e enunciação de modo tão inextricável que deixam de ser distinguíveis delas. É possível encontrar dois modos de relação das linhas de força com as outras linhas. A primeira seria a promoção de uma tensão com outra linha, tensionando para torná-la reta. Como dito anteriormente, os regimes de visibilidade e enunciação não são necessariamente retas, por isso, denominam-se curvas. Assim, caso não seja, as linhas de força exercem, pela força, um ato de retificação⁸⁸. O segundo modo é a assunção da forma de uma ligação entre linhas diversas. Com isso, estabelecem um trânsito entre linhas de luz e linhas de enunciação. As linhas de força compõem, então, um terceiro regime, aquele que se refere ao poder. O poder, portanto, compõe o dispositivo, por meio das linhas de força.

⁸⁷ DELEUZE, Gilles. 2017. Idem. p. 22.

⁸⁸ DELEUZE, Gilles. 1990. Idem.

Os dispositivos não seriam, contudo, uma esfera circunscrita pelas linhas de força. O dispositivo ainda carece de linhas de fuga e essas são as linhas de subjetivação. Essas linhas esquivam-se das demais, dos discursos, das instituições e das forças. A subjetivação transpõe os demais regimes. Assim, não está passível das tensões executadas pelas demais forças, já que ela “*se curva, foz meandros, afunda e torna-se subterrânea*”⁸⁹. O que propicia, com isso, é um retorno a si mesma, afetando-se. A subjetivação é, então, o resultado de uma linha que provoca tensão em face de si mesma. Por voltar-se a si mesma, não implica que esteja acabada. Continua produzindo-se, fazendo-se, em processo por meio da produção da subjetividade. Isto é, as linhas de subjetivação têm continuidade, ainda que a força que propagam dirija-se a si mesma, por meio da produção de subjetividade, que a caracteriza.

Para Deleuze, em Atenas, é possível distinguir o primeiro processo de subjetivação. Esse processo também se refere a singularidade histórica da sociedade grega, de modo que não se deve interpretar como uma continuidade história da relação entre senhor e escravo. Neste momento, encontra-se uma linha que diz respeito ao domínio de um homem sobre o outro. Trata-se uma linha de força, ou um regime de poder, em que as relações são retificadas pela força. Entretanto, destaca-se também uma outra linha, diversa desta, em que um homem deve exercer domínio sobre si mesmo. O domínio sobre o outro cria uma força, o domínio de si faz essa força translacionar sobre si mesma, produzindo subjetividade. Se uma linha de força, como esta do domínio sobre o outro, retifica discursos e instituições, uma linha de subjetivação escapa, ainda que momentaneamente, desses elementos, e revolta-se. Isto é, as linhas de subjetivação revoltam-se em um duplo sentido, curvam-se para si mesmas e escapam das linhas de força ou, pode-se dizer, do regime do poder⁹⁰.

Faz-se necessário, ainda, fazer menção a linhas fraturadas. Como é possível sugerir, essas linhas são da ordem das outras mencionadas, porém marcadas por fraturas⁹¹. Essas fraturas podem marcar mudanças de direção, bifurcações e descontinuidades. Porém, não são providas de uma fórmula geral, vez que são derivações fissuradas de outras linhas. Dito isso, devemos afirmar que o dispositivo é composto por linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, e fraturas. Todos esses são os elementos do dispositivo, segundo

⁸⁹ DELEUZE, Gilles. 1990. Idem. “(...) *ella se curva, forma meandros, se hunde y se hace subterránea o, mejor dicho, cuando la fuerza, en lugar de entrar en relación lineal con otra fuerza, se vuelve sobre sí misma, se ejerce sobre sí misma o se afecta ella misma*” (em tradução livre, grifos meus).

⁹⁰ DELEUZE, Gilles. 1990. Idem.

⁹¹ DELEUZE, Gilles. 1990. Idem.

Deleuze. Portanto, os elementos do dispositivo que, em Foucault, apareciam como elementos em um jogo, ganham forma linear. Desse modo, a mudança de posição de um elemento não implica uma mudança de um ponto a outro no dispositivo, mas de uma série de pontos de que é composto a própria linha. A forma de rede que descreve a interação entre os elementos do dispositivo não tem nas linhas a descrição da relação entre os elementos, mas eles próprios são as linhas. Assim, a relação entre os componentes, na rede, trata-se de intersecção dos fios do dispositivo, efetuados, como visto, pelas linhas de força.

Esse conjunto heterogêneo de curvas que mantêm entre si relações igualmente heterogêneas desvela uma consequência nas análises, pois repudia o método de explicação em termos de ordem universal. A saber, o verdadeiro aparece como um termo de caráter universal. Isto quer dizer que é utilizada, dentro de modo, para explicar o que dele deriva. Um universal é algo que permite dar explicações, como se permanecesse estático e todo movimento que dele se origina conseguisse ser explicado desde um ponto. De acordo com Deleuze, o verdadeiro não é um universal, já que ele não permite a concessão de uma explicação sobre algo. Em verdade, ele carece de ser explicado. Um universal pode, assim como outras formações históricas, ser explicado por processos “*de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação*”⁹² que ocorrem no interior de um dispositivo. Por isso, um universal não serve de ponto de partida, como se estático fosse, mas remete a uma formação histórica própria, *singular*, dentro de uma articulação, nem sempre previsível, de elementos.

3.4 DUPLA POSITIVIDADE ANTINATUREZA

A relação do dispositivo como estratégia para ocupar a função das categorias universais é endossada por Agamben⁹³. Essa percepção é atingida por outra relação, operada a partir do registro de que a noção de dispositivo, na obra de Foucault, também encontrava o eco da expressão positividade⁹⁴. Isto é, o dispositivo não se referiria apenas a uma outra formulação,

⁹² DELEUZE, Gilles. 1990. Idem.

⁹³ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 33. “*Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia de poder, e nem uma maioria obtida por abstração (...)*”.

⁹⁴ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 29. “*(...) no momento em que escreve ‘A arqueologia do saber’, para definir o objeto de suas pesquisas Foucault não uso o termo dispositivo, mas o termo, etimologicamente próximo, ‘positivité’ [positividade], também desta vez sem defini-lo*”.

mais complexa, da noção de *épistémè*, mas também visava articular aquilo que, outrora, era referido como positividade. Deleuze nota, igualmente, que positividade designaria o cruzamento entre o visível e o enunciado⁹⁵. Note-se que, curiosamente, o prefixo grego “dis” indica uma dualidade, de modo que é possível encontrar no dispositivo a dualidade da positividade, isto é, a visibilidade e enunciação. Essa expressão anterior, segundo nos informa Agamben, teria reverberado a partir de um ensaio de Jean Hyppolite sobre a “*introdução à filosofia da história*” de Friedrich Hegel. Essa relação entre dispositivo, antes expresso como positividade, e a positividade que Hyppolite atribuiu a Hegel carecem de ser investigadas.

De acordo com Hyppolite, a noção de positividade emerge da oposição entre religião positiva, ou religião da positividade, e a noção de religião natural. A religião, importante por ora para a compreensão da positividade, pode ser eclipsada, vista como o momento de origem de uma ideia, pois a oposição entre o natural e o positivo pode ser aplicada também ao direito e ao social. A oposição surge, então, na religião porque acerca dela era possível partir de um pressuposto. Trata-se da correspondência entre uma natureza humana e uma religião igualmente natural. Assim, pressupõe-se uma religião natural, de modo que a fundamentação encontra lugar justamente na oposição com a religião histórica. Uma natureza humana, única e compartilhável por todos os humanos, deve corresponder a constituição de uma religião igualmente única. Porém, historicamente, é possível encontrar uma multiplicidade de religiões, com diferenças institucionais, cerimoniais e dogmáticas⁹⁶. Apenas no que diz respeito a crenças baseadas no monoteísmo, encontram-se três religiões de longa tradição: o cristianismo, o judaísmo e o islamismo. A religião positiva é, portanto, a religião histórica.

Essa religião histórica deriva de um conjunto ações de ordem e de obediência. Isto é, o objeto histórico está disposto a partir de uma cadeia de relações de mando. No que diz respeito às ações e aos pensamentos do indivíduo, a positividade se encontra como uma externalidade. O que é dito externo refere-se ao que não compõe aquela esfera do desdobramento da natureza humana. Desse modo, a existência social do indivíduo não é uma manifestação da interioridade,

⁹⁵ DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. Trad. Claudio Medeiros e Mario Marino. São Paulo: N-1 Edições e Editora Politeia, 2017. (Aula 2). Disponível em: <<https://n-1publications.org/aulas-1>>. Acesso em: 09 nov. 2018. p. 6. “Foucault diz às vezes uma ‘positividade’, ou seja, o cruzamento das formas estáveis de uma época, o visto e o dito, o visível e o enunciável”.

⁹⁶ HYPOLITE, Jean. **Introduction to Hegel's philosophy of history**. Trad. Bond Harris e Jacqueline Spurlock. Gainesville: University Press Of Florida, 1996. p. 21.

mas a reprodução de uma externalidade⁹⁷. A externalidade prosseguiria com esse estatuto mesmo que tenha permanência milenar, como é o caso das religiões supracitadas, pois permanece sendo da ordem da história. A recepção histórica, sendo múltipla, não pode alcançar a unicidade da natureza humana, pressuposta.

Deve-se dizer que a externalidade representa um impedimento para que o indivíduo se autodetermine, pois impõe a ele uma lei externa. A ordem, vinda de fora, impõe ao indivíduo uma lei heterogênea e, assim, restringe uma regulamentação autônoma. Grosso modo, pode-se dizer que o que se encontra em jogo na oposição entre o natural e o positivo pode ser expresso como a oposição entre moralidade e legalidade. A moralidade diria, assim, respeito a autonomia, pois a moralidade refere-se ao desenvolvimento de um direcionamento autônomo. Esta moralidade está mais apta a corresponder ao que se encontra inscrito na natureza humana⁹⁸. Por outro lado, o positivo seria um elemento externo, constituído historicamente por uma cadeia de relações de mando. Essa externalidade constitui uma legalidade, uma série de leis, que restringe ao que pode um indivíduo direcionar-se pela moral.

Dito isso, para Hyppolite, a legalidade é estrangeira. Diferente da moral autônoma, em que existe apenas um direcionamento, internalizada, a legalidade é heterogênea. Esta característica da legalidade pode ser colocada como “*a obediência compulsiva a uma lei que está além de nós e não parte de nós*”⁹⁹. Para retornar a aplicação que a moralidade e a liberdade, enquanto oposição, encontram correlato na oposição entre religião natural e religião positivo, a religião positiva repete a relação entre Deus e a humanidade como uma relação entre senhor e escravo. Isto é, a religião histórica, como constituição de uma legalidade externa, ao impelir o indivíduo a fazer e pensar certas coisas, cria uma relação de mando, alheio ao direcionamento dado pela moralidade autônoma. A legalidade da religião histórica, por visar derivá-la de deus, coloca-o como mestre e o indivíduo como escravo deste mestre¹⁰⁰. Esta legalidade é imposta

⁹⁷ HYPOLITE, Jean. 1996. Idem. p. 21. “(...) the positive represents what is imposed outside of thought and what thought ought receive passively”.

⁹⁸ HYPOLITE, Jean. 1996. Idem. p. 22. “Morality is freedom itself ou autonomy. We follow a single law, one that we find in ourselves and that is our own”.

⁹⁹ HYPOLITE, Jean. 1996. Idem. p. 22. “Legality is heteronomy; it is obedience by compulsion to a law that goes beyond us and that does not come from us” (em tradução livre).

¹⁰⁰ HYPOLITE, Jean. 1996. Idem. p. 22. “Positive religion makes God a master, but it makes man a slave and cultivates in him the feeling of slavery”.

pela via do medo, o indivíduo se torna escravo de deus porque teme-o. Por isso, a positividade, enquanto elemento histórico, é chamada de autoridade¹⁰¹.

Com isso, a positividade reverberaria no trabalho de Foucault, mais tarde admitindo a forma do dispositivo, porque mantém a questão central. Isto é, encontrar a relação entre os seres vivos e o elemento histórico ou, de outro modo, entre a vida e a positividade. Note-se que, se antes a positividade qualificava um entendimento histórico de religião, representa aqui um termo de caráter geral em uma nova oposição, com o vivo ou com a vida¹⁰². Certamente, algo deve estar regido pela relação de mando que se desdobra historicamente. Porém, não há, ainda, nome para isso que esteja sempre em oposição ao dispositivo, que não faça dele parte. Agamben, então, nomeará esse outro *do* dispositivo como o vivo. Curiosamente, Agamben definirá o elemento histórico como composto por instituições, processos de subjetivação e concretização das relações de poder. Esses elementos parecem encontrar correspondentes na composição do dispositivo segundo linhas, nomeados como luminosidades, linhas de subjetivação e linhas de força. Porém, note-se que não há, na composição do elemento histórico, a presença do discursivo. A discursividade, porém, não era a questão central de Hyppolite. Desse modo, pode-se conceber que o alerta de Agamben diz respeito apenas ao que, no dispositivo, ressoou a questão central do Hyppolite isolada como positividade. E, além disso, recepcionar-se-iam outras importâncias e até um elemento proeminente, excluído da análise anterior do positivo, qual seja o enunciado. A memória dos elementos que o dispositivo de Foucault guarda da positividade é, diferente da reconciliação proposta por Hegel, a de como “*os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder*”¹⁰³.

A religião positiva não seria desse modo, independentemente, uma positividade, pois está irregularmente constituída em face de relações sociais de mando desdobradas historicamente. A positividade utilizada como conceito que substitui a natureza e a divindade como integridade histórica não repete os universais de forma laicizada. Pelo contrário, o que a aproxima a positividade da noção de dispositivo é justamente a capacidade de pluralidade das

¹⁰¹ HYPPOLITE, Jean. 1996. Idem. p. 22. “A positive religion is therefore (...) a religion that is **based on authority** and that, by treating man as a child, imposes on him externally what is not contained in his reason” (grifos meus).

¹⁰² AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 32. “(...) então Foucault, tomando emprestado o termo (que se tornará mais tarde dispositivo), toma posição em relação a um problema decisivo (...): a relação dos indivíduos como seres vivos e o elemento histórico”.

¹⁰³ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 33.

relações que se constituem historicamente. Não se trata de laicizar as universalidades, mas emergir a diversidade de posições sociais em face das formações históricas. A positividade não é imediatamente um correspondente ao dispositivo, mas é uma concepção que, ao confrontar a naturalização, coloca os processos históricos. Em outros termos, é também uma formação histórica, como a disposição que os elementos do dispositivo constituem por momento específico. O mando e a autoridade teriam proeminência na positividade, uma vez que promoveriam a realização relacional nos processos históricos. As relações de poder que se executam pelo dispositivo correspondem apenas parcialmente a relação de autoridade, já que não são plenamente organizadas, hierarquizadas e coordenadas¹⁰⁴.

Essa oposição sintética entre natureza e positividade é parte retórica fundamental da teoria do direito. Retome-se brevemente. Uma concepção do direito é que a origem de sua proteção seria, desde sempre, natural ou divina. O ser humano, como parte proeminente da natureza, teria também uma série de prerrogativas para sua existência no mundo. Desse modo, a comunidade humana, na organização daquilo que é fundamental para cada, não teria outra função senão exercitar esses direitos, dando a eles efetividade, como forma de realizar a localização cosmo-social de cada sujeito. Didaticamente, poder-se-ia falar de um rol de direitos, inscrito na natureza humana, do qual esses direitos seriam extraídos. Direitos naturais, portanto. Os direitos que foram, historicamente, inclusos como do ser humano seriam descobertas realizadas existência humana e que, necessariamente, fariam dessa parte dessa lista. A humanidade não estaria apta a se auto organizar e decidir por si só as prerrogativas a serem garantidas no mundo social. Isso significaria uma tautologia em relação aos desígnios da natureza para os seres humanos. O direito natural a ser integrado ao direito positivo já teria existência pré-histórica, carecendo apenas de integração. Em outros termos, o sistema de direito dos homens era preciso se compatibilizar com o direito que a natureza dos homens dedicou aos próprios homens¹⁰⁵.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. 2015b. Idem. p. 369. “o poder é um conjunto mais ou menos organizado, mais ou menos piramidizado, mais ou menos coordenado”

¹⁰⁵ DUSSEL, Enrique. **Twenty Thesis on Politics**. Trad. George Ciccariello-Maher. Durham e London: Duke University Press, 2008. p. 124. “The traditional solution, to have an external reference point from which to call into question positive law, consists in affirming the existence of a ‘natural law’, which would be like a list of rights proper to the human being as such, universally speaking”.

Trata-se de uma “*hipótese metafísica desnecessária e inútil*”¹⁰⁶. Primeiramente, assume a integridade do sistema jurídico, uma vez que todo e cada direito deveria estar inscrito em todo e cada ser humano e estaria disponível para ser representado e protegido por meio do direito positivo. Não está e mais: os direitos mudam. Novos direitos emergem, por meio de lutas e demandas que ocorrem no seio social; bem como outros direitos decaem, deixando de ter aderência social dentro da zona de validade de um ordenamento jurídico. Apenas esses direitos, em processo histórico dinamizado de ganhar e perder aderência, seriam dados. O direito natural nunca foi um dado humano, sempre partindo de premissas metafísicas de que existiria uma essência humana, e operando por meio de direitos que são fruto de fenômenos históricos. Ou seja, os direitos emergentes são sempre resultado de um processo histórico de lutas sociais e, após serem integralizados, podem ser considerados como retirados do rol de direitos essenciais à humanidade. Por isso, além de estar na esfera de pressupostos não necessariamente compartilháveis, também é dispensável, vez que só reconhece como natural um direito que é incluído no sistema jurídico por meio de processos históricos. Em verdade, o que a inclusão de novos direitos faria, nesse caso, é revelar como naturais processos que, primeiramente, foram desdobrados no mundo das relações sociais, isto é, na história¹⁰⁷.

A trajetória de como novos direitos são inseridos no sistema do direito por meio dos movimentos sociais é traçada por Dussel. Agrupações sociais excluídas de proteção jurídica se vinculariam pela relação subjetiva com a exclusão. Para dizer de outro modo, a vivência dessas pessoas com os dispositivos habilitaria uma discursividade da falta de uma garantia. A ausência impeliria essa coletividade a almejar a introdução de um novo elemento de caráter institucional nesse conjunto que constitui essa subjetividade invisibilizada. A vivência em relação de corpo a corpo com esse dispositivo revelaria uma “*falta-de*” que dirigiria à dinamização das relações sociais voltadas para a possibilidade de um “*novo-direito-a*”¹⁰⁸. Assim, o rol de direitos é inovado por processos históricos por processos históricos de mobilização de elementos de um dispositivo. Ainda que a falta de um direito não leve a inserção de uma disposição legal volta para a tutela dessa falta, é importante dizer que a mobilização social, que constitui uma

¹⁰⁶ DUSSEL, Enrique. 2008. Idem. p. 124. “*As a result, natural law is an unnecessary and useless metaphysical hypothesis*” (em tradução livre).

¹⁰⁷ DUSSEL, Enrique. 2008. Idem. p. 124. “*(...) in reality, the absence of right within the list of natural laws, prior to its historical discovery, demonstrates that natural laws are only recognized post factum (after the ‘fact’) and through a struggle by those who discover such rights empirically*”.

¹⁰⁸ DUSSEL, Enrique. 2008. Idem. p. 125. “*That is, these new rights are imposed a posteriori by the struggling movements who discover the ‘lack-of’ as a ‘new-right-to’ certain practices that were ignored or prohibited by the existing right*”.

discursividade, no sentido de enunciar discursivamente essa falta, por si só, já mobiliza a rede posicional do dispositivo.

Dito isso, deve-se concluir que o direito não é um dispositivo, assim como não é a positividade. Está inserido dentro da rede do dispositivo, por meio da constituição de linhas, entre elementos discursivos e institucionais. O direito compõe dispositivos, assim como a interdição do sexo gesta socialmente a sua inversão, qual seja a disseminação de discursos sobre a sexualidade. Do mesmo modo em que oferece a certos dispositivos elementos, institucionais – no caso dos elementos com força normativa – e discursivos – no caso, por exemplo, da discursividade de exigência de tutela jurídica pela insatisfação de movimentos sociais –, também compõe as forças que tensionam as linhas constitutivas. Ainda mais, o direito é composto por dispositivos, e mais precisamente, pela dinâmica histórica propiciada pelo conjunto de elementos. Como dito, a relação entre vivência e certos dispositivos está apta a produzir discursividades que demandam a inserção de um elemento na composição de um dispositivo. O que é aí gestado compõe, de forma negativa ou positiva, o sistema jurídico. É precisamente essa a importância de perceber o direito positivo como fruto de processos históricos, inserido em uma formação histórica, que, uma vez abalada, gesta outra especificidade histórica. O direito não é uma positividade, ele é fruto da positividade, do elemento histórico.

4 OS DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

4.1 ALERTA: AUTONOMIA E PAZ ARMADA

Desde 16 de março de 2016, atentar contra a vida ou a integridade física da pessoa, no Brasil, é um ato terrorista, previsto no tipo penal da Lei Antiterrorismo. Tanto a definição de terrorismo quanto a descrição de quais são os atos terroristas causam estranhamento a uma leitura mais aguçada. Apesar disso, existem razões para o encontro do evento mais temerário do século XXI com condutas elementares para a justificação da permanência de um direito da pena, isto é, uma incidência do direito tão gravemente horizontal que se conforme como último recurso. O terrorismo repercutiu no Brasil como uma narrativa, uma violência injusta contra toda uma nação, que demandava retribuição para que o estado de coisas fosse restabelecido. O antiterrorismo, como ato patriota, era a justiça. A narrativa mudou, em um lapso de tempo curto, tornando-se mais espalhada, porém mantendo-se à distância. A explicação para a criação de uma lei visando combater o terrorismo, em país que está distante da rota do terror, precisa ser perscrutada em outra dimensão que não seja meramente aquela das prevenções penais ou do colapso dos direitos e garantias constitucionais.

O anteprojeto de criação da Lei Antiterrorismo partiu de iniciativa da presidência da República, cargo ocupado à época por Dilma Rousseff, em seu segunda mandato, além de ser assinado por dois ministros de Estado, José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, e Joaquim Levy, ministro da Fazenda. A justificava que esse anteprojeto apresenta ancorando a criminalização de condutas pela necessidade de combate ao terrorismo, "*uma das maiores ameaças para os direitos humanos e o fortalecimento da democracia*"¹⁰⁹. A necessidade da medida para um país que nunca foi alvo de um atentado terrorista é apresentada como sendo um dever de atenção aos acontecimentos mundiais, uma vez que o Brasil figuraria como um importante ator econômico e político. A causalidade entre os elementos, ausente, é da ordem do jargão do discurso político, sob o qual se encontra outros interesses mais latentes. A saber, Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) pressionava o país para que apresentasse uma política de combate ao terrorismo, o que resta explicitado na justificativa do anteprojeto¹¹⁰. O

¹⁰⁹ BRASIL. Projeto de Lei nº 12.850/2015. Brasil, Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1350712>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹⁰ NUNES, Paulo Henrique Faria. El terrorismo en Brasil: un análisis crítico del marco legal e institucional. *Revista de La Facultad de Derecho*, Montevideo, n. 42, p.28-49, 1 jun. 2017. p. 56. Revista de la Facultad de

órgão, vinculado ao grupo das 20 maiores economias globais (G20), atua no sentido combater o financiamento de grupos terroristas.

O órgão nacional responsável pela mediação das recomendações do GAFI é o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF), subordinado ao ministério da Fazenda. O presidente da instituição à época, Antônio Gustavo Rodrigues, expôs em reportagens que o país poderia passar por um processo de desqualificação do ponto de vista internacional por não adotar as medidas antiterrorismo¹¹¹. Essa desqualificação representaria a alocação do Brasil entre países com alto risco de transações financeiras em decorrência da ausência de controle de financiamento de organizações criminosas e terroristas¹¹². Em face disso, é possível deduzir que a alocação no grupo dos países que são confiáveis financeiramente ou não passa pela verificação da presença de uma medida de combate ao terrorismo no país, não necessariamente pela presença ou não de grupos terroristas ou financiamento a eles. As exigências do GAFI, como sugere a competência do grupo, é que seja tipificado o financiamento do terrorismo no país, não os atos terroristas em si. Em reportagem da revista *Carta Capital*, o presidente da COAF explicitou as diferenças entre tipificar o financiamento e o terrorismo. Primeiramente, a contenção penal do financiamento objetivaria retirar toda fonte financeira que o terrorismo pudesse ter no país. Além disso, seria preferível, segundo Antônio Gustavo Rodrigues, desvincular os tipos penais de financiamento ao terrorismo e atos terroristas, já que há um debate significativo, nacional e internacionalmente, acerca da definição de terrorismo e sobre a possibilidade de um tipo penal de terrorismo acabar por criminalizar manifestações políticas¹¹³.

O projeto tramitou nas casas do Congresso Nacional, sob regime de urgência, e foi aprovado sem a alteração do Senado Federal que incluía o extremismo político como forma de terrorismo. Em seguida, foi sancionada pela então presidente da república com alguns vetos, sob a justificativa da remoção de elementos demasiado imprecisos e que pudessem minar a

Derecho. <http://dx.doi.org/10.22187/rfd201713>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652017000100027&lang=pt. Acesso em: 05 ago. 2018.

¹¹¹ SCHREIBER, Mariana. O Brasil precisa de uma lei antiterrorismo? **BBC**. Brasília. 21 out. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_lei_terrorismo_ms_cc. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹² MOREIRA, Assis. Para Levy, Brasil não deixará grupo que combate lavagem e terrorismo. **Valor Econômico**. 02 jun. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4078308/para-levy-brasil-nao-deixara-grupo-que-combate-lavagem-e-terrorismo>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹³ Sem autor. Ausência de lei contra financiamento do terrorismo pode gerar sanções contra o Brasil. **Carta Capital**. 19 jan. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/ausencia-de-lei-contra-financiamento-do-terrorismo-pode-gerar-sancoes-contra-o-brasil-9737.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

segurança jurídica nacional¹¹⁴. Foram vetados dois incisos em que constava a descrição de atos terroristas como “*incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado*” e “*interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados*”¹¹⁵. Os incisos vetados, sobretudo aquele que diz respeito à afetação do bem jurídico dos bens públicos e privados, colocavam a tipificação penal de terrorismo na esfera dos crimes contra o patrimônio. Ademais, o momento de inserção dessa criminalização, ainda que fracassada, indica ser resultado dos efeitos provocados nos parlamentares das movimentações sociais ocorridas no ano de 2013, em que o apedrejamento e incendiamento de bens públicos, principalmente ônibus e viaturas, e privados – fortemente qualificadas pelo termo “vandalismo” – tomou o debate nacional. Por outro lado, permaneceu na lei aprovada um dispositivo que veda a criminalização de manifestações políticas reivindicatórias de direitos e garantias constitucionais. Infelizmente – e sabe

Tramita no Senado Federal, atualmente, projeto de lei visando reinserir na Lei Antiterrorismo os dispositivos vedados pela presidente da República. O projeto (PLS 272/2016), de autoria do Senador Lasier Martins (PSD/RS), visa reverter as “multilações” promovidas na Lei pela presidente Dilma¹¹⁶. Na justificativa do projeto, o Senador expõe que os vetos retiram partes fundamentais da Lei, de modo que não vedou a atuação de grupos terroristas no país. Como comprovação disso, o texto apresenta artigo publicado na revista *Veja*, após a aprovação da Lei, no qual denuncia articulações de grupos terroristas internacionais no Brasil¹¹⁷. A reportagem baseia-se em relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), obtido com exclusividade pelo revista, no qual é apresentada a relação entre um canal de propaganda em língua portuguesa na internet e o grupo Estado Islâmico (EI, mais conhecido pela sigla em inglês, ISIS). Essa canal seria de responsabilidade de um brasileiro recrutado pelo grupo. O texto apresenta ainda dois casos de suspeita de recrutamento de brasileiros para o ISIS. O primeiro caso seria de uma estudante desaparecida; e o segundo seria também de um

¹¹⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei antiterrorismo é sancionada com vetos. **Câmara Notícias**. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/505575-LEI-ANTITERRORISMO-E-SANCIONADA-COM-VETOS.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹⁵ BRASIL. Mensagem nº 85/2016. Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹⁶ BRASIL. Projeto de Lei nº 272/2016. Brasil, Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=568224&disposition=inline>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹⁷ RANGEL, Rodrigo. O EI agora tem um recrutador de brasileiros: Ismail al-Brazili. **Veja**. Brasil, 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/o-ei-agora-tem-um-recrutador-de-brasileiros-ismail-al-brazili/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

estudante, de Santa Catarina, que, na época da reportagem, era monitorado diuturnamente por meio de tornozeleira eletrônica, e que estava proibido de se aproximar de áreas de grande circulação de pessoas. A concessão judicial para as medidas teriam base, segundo a reportagem, no fato de que o jovem, dono de um serviço de entrega de comida árabe, ter passado três meses em uma cidade síria e praticar tiro. Curiosamente, o final da reportagem sobre o relatório da ABIN conclui que o Brasil estaria, em uma escala de 1 a 5, em nível 4 de risco de um atentado terrorista durante os Jogos Olímpicos de 2016. Por outro lado, em outra reportagem vinculada ao projeto, do jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da defesa, Raul Jungmann, teria afirmado que, apesar da preocupação com a presença do grupo ISIS em diversos instâncias, não haveria qualquer identificação de ameaça específica¹¹⁸.

Na Câmara de Deputados, foi proposto, pelo Deputado Federal Delegado Edson Moreira (PR/MG), outro projeto de lei com fins de alterar o conteúdo da Lei Antiterrorismo (PL 5.065/2016)¹¹⁹. O projeto visa inserir na definição de terrorismo ato praticado com motivação "ideológica, política, social e criminal", bem como alocar como terrorismo atos praticados contra a liberdade individual ou autoridade públicas, da administração direta ou indireta. De acordo com a justificativa que segue o projeto, as motivações estão inclusas nas definições de terrorismo utilizadas tanto pela ABIN quando pela agência de inteligência norte-americana, o FBI. Ademais, visa inserir dois novos incisos de modo a expandir as condutas que se enquadrem na descrição de ato terrorista. Ambos descrevem atentados contra os três poderes do Estado e instituições vinculadas a eles. Ainda, o projeto de lei visa suprimir o parágrafo segundo do artigo segundo da Lei Antiterrorismo, segundo o qual fica vedada a criminalização de manifestações políticas reivindicatórias. Para o deputado, "*trata-se de verdadeiro salvo-conduto para que grupos – e independentemente à ideologia que professem – pratiquem atos de terrorismo com salvaguarda legal*"¹²⁰. A justificativa também retoma uma discussão, feita por ocasião da aprovação da Lei na câmara parte do senador Aloysio Nunes,¹²¹ sobre tal inciso, segundo a qual seriam criadas categorias de terrorismo aceitável e inaceitável. Essa

¹¹⁸ MONTEIRO, Tânia. Para Alexandre de Moraes, Lava Jato não será prejudicada pela Olimpíada. **O Estado de S. Paulo**. Brasil, jun. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-alexandre-de-moraes-lava-jato-nao-sera-prejudicada-pela-olimpiada,10000058660>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹¹⁹ BRASIL. Projeto de Lei nº 5.065/2016. Brasil, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²⁰ BRASIL. PL 5.065/2016.

¹²¹ Sem autor. Antiterrorismo mitigado. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,antiterrorismo-mitigado,10000018746>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

categorização, segundo a justificativa do PL, teria motivações ideológicas de defesa do interesse de movimentos sociais. Esse projeto, ainda em trâmite, foi alvo de uma nota de repúdio, assinada por 60 entidades, alegando que sua aprovação e a consequente alteração da Lei Antiterrorismo significava um retrocesso institucional e agravamento da situação de criminalização dos movimentos sociais¹²².

Duas semanas antes do início dos Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016 foi anunciada a operação, pelo então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes, que acarretaria na primeira condenação por terrorismo no Brasil. A operação teve o sigilo quebrado em decorrência da prisão de dez suspeitos de planejarem um ataque terrorista durante as Olimpíadas do Rio. Nomeada de "*Hashtag*" – referências a mecanismos de indexação de links na internet –, a operação teve, contudo, um total de treze pessoas presas temporariamente, sendo que, posteriormente, apenas oito foram condenadas por promoção de terrorismo e associação criminosa¹²³.

O pronunciamento do então Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, sustenta a operação em dois pilares. O primeiro deles trata-se da prática de atos preparatórios de terrorismo. Na investigação do grupo, que não se conhecia pessoalmente e apenas trocava mensagens por aplicativos virtuais, foi possível encontrar uma pesquisa para compra de uma arma fora do país. Isso, então, segundo o ministro, demonstraria já uma preparação para eventual ato de terrorismo. Desse modo, a intenção de comprar uma arma, clandestinamente, ainda que seja insuficiente para o enquadramento em porte ilegal de arma ou contrabando, é suficiente para enquadrar os suspeito em um tipo penal ainda mais grave, qual seja o de terrorismo. Além de atos preparatórios, o grupo estaria envolvido em um agravamento do discurso acerca da exaltação de grupos terroristas. Segundo o pronunciamento, o grupo circulava imagens de execução e comemorava atentados terroristas ocorridos em outros países¹²⁴.

¹²² Sem autor. Em nota, dezenas de entidades repudiam projeto de lei que quer alterar Lei Antiterrorismo. **Artigo 19**. 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2017/06/27/em-nota-dezenas-de-entidades-repudiam-projeto-de-lei-que-quer-alterar-lei-antiterrorismo/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²³ TOLEDO, Marcelo. Justiça condena 8 brasileiros acusados de terrorismo antes da Rio-2016. **Folha de S. Paulo**. Ribeirão Preto, 04 maio 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881176-justica-condena-8-brasileiros-acusados-de-terrorismo-antes-da-rio-2016.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²⁴ BOMFIM, Camila; MATOSO, Filipe. PF prende 10 pessoas suspeitas de ligação com terrorismo. **G1**. Brasília, 21 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/ministro-da-justica-anuncia-acoes-antiterror-15-dias-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Um dos suspeitos presos foi espancado e agredido com barras de ferro até a morte na prisão em que se encontrava, em Cuiabá¹²⁵. O acusado teria sido transferido do Presídio Federal de Campo Grande para a Cadeia Pública de Várzea Grande no dia anterior a sua morte. Ele foi preso junto com o irmão, apontado pelo Ministério Público Federal como o líder do grupo. O jovem morto estava cumprindo regime semiaberto em decorrência de uma condenação anterior, regime ao qual teria perdido direito em decorrência da prisão temporária decretada pela acusação de terrorismo. Por isso, após a decisão do MPF não denunciá-lo, ele deixa a prisão federal e retorna a outra prisão, estadual, para cumprir a pena por homicídio¹²⁶. O assassinato teria sido realizado por 20 detentos, sendo que quatro foram indiciados¹²⁷, sob a justificativa de que se tratava de um terrorista e o código de conduta dos detentos não tolera esse tipo de criminoso¹²⁸. O terrorismo, recentemente criminalizado pelo direito brasileiro, já era, no que tange às discursividades, considerado inaceitável, por conta da reavaliação do combate mundial à prática.

O discursividade acerca do terrorismo é capaz de criar terroristas, basta perceber que eles se espalham pelo país de maneira estranhamente ímpar. No momento em que este trabalho está sendo escrito, debate-se sob o enquadramento das práticas políticas de movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na Lei Antiterrorismo. O presidente eleito para mandato de 2019-2022, em conjunto com seus conselheiros, propagam discursos de criminalização e demonização de movimentos sociais. Diante disso, recentemente, o senador Magno Malta, provável ministro do governo que será empossado no ano de 2019, incluiu PLS 272/2016 na pauta da respectiva casa¹²⁹. O objetivo parece distribuir o medo entre opositores políticos e rechaçar a organização popular em prol de garantias político-jurídicas. Conforme se esplanou, os movimentos sociais executam uma função sumária na maturação de constituição de intersubjetividade que levam à luta por direitos e, por

¹²⁵ Sem autor. Suspeito de terrorismo tem morte cerebral após ser espancado em prisão. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 15 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1823190-suspeito-de-terrorismo-tem-morte-cerebral-apos-ser-espancado-em-prisao.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²⁶ JORDÃO, Pacheco. A controversa história das primeiras condenações por terrorismo do Brasil. **El País**. 07 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/06/politica/1494076153_663185.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²⁷ VICTOR, Fabio. Prisão de acusados por terrorismo tem de assassinato a greve de fome. **Folha de S. Paulo**. Campo Grande. 23 abr. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877803-prisao-de-acusados-por-terrorismo-tem-de-assassinato-a-greve-de-fome.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹²⁸ JORDÃO, Pacheco. Idem.

¹²⁹ Sem autor. Entenda a Lei Antiterror, que pode ser ampliada para atingir MST e MTST. **Carta Capital**, São Paulo. 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-lei-antiterror-que-pode-ser-ampliada-para-atingir-mst-e-mtst>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

consequente, à inclusão de novos direitos na rol de direitos positivos. Movimentos sociais com mais de 20 anos de história com essa qualificação estão sendo convertidos, discursivamente, em grupos terroristas. Uma tentativa tão veemente de coibir a mobilização de grupos, que historicamente constroem a luta política por direitos fundiários, agrários e urbanos, indica o tom do próximo governo: cercear a ampliação de direitos.

A aptidão de materialidade do discurso aparece aqui de forma, ambigualmente, singular. Isto é, converteu um jovem em terrorista porque as instituições jurídicas e midiáticas imputaram, momentaneamente, a qualificação de terrorista sob seu nome. Essa conversão é radical, na medida em que foi penalizado como se materialmente tivesse ele praticado um atentado terrorista de ordem do hecatômbico. É crível, porém, que a passagem de todo homem como para potencial terrorista tenha sido praticada pela disseminação social de discurso. Assim, é possível arriscar dizer que o jovem fosse tratado com desdém, vizualizado como potencial terrorista ou perigoso, porém encarnar ele um assassino em massa exigiu as discursividades dissipantes e fortes do direito e da comunicação. Algo semelhante se passa com os movimentos sociais atualmente, aos poucos sendo convertidos na visibilidade do terror. Cada vez é mais comum a aderência da qualificação de uma luta social por direitos como operadora de práticas de poder efetuadas pelo terror. Como tentou-se mapear brevemente, são constantes as tentativas de mobilizar a mídia e o direito para imputar, por meio de discursos institucionalizados, essa áurea de terrorista. O aspecto do terrorismo ronda o Brasil, e mostra a materialização das discursividade, como se não ter como pagar o aluguel no fim do mês equivalesse, por meio um retificação de linhas de discursivas, a jogar um aviões contra prédios lotados de pessoas.

4.2 A VIOLÊNCIA LEGAL E TECNOLÓGICA

Encontra-se, nas teorizações de Agamben, ainda uma segunda ênfase à conformação do dispositivo. A palavra *dispositio*, da qual deriva dispositivo, é a tradução latina da noção de governo divino providencial. Assim, o termo latino que deu origem ao dispositivo é um conceito desenvolvido pela teologia cristã. Está vinculado à articulação que torna possível a inclusão de tripartição da figura divina que, no século II, ameaçava a reintrodução do paganismo no cristianismo. Segundo Agamben, aceitou-se, por fim, uma espécie de conciliação, segundo a qual deus permaneceria, em seu ser, uno, porém seria tríplice no que diz respeito à

administração da casa. Isto é, a substância divina é monolítica, enquanto o governo que divinamente se executa seria operado pelo pai, pelo filho e pelo espírito. Este governo da casa refere-se, em grego, a *oikonomia*. Ou seja, existe um ser divino, substancial, único, que cede a seu filho o governo da economia celestial. Essa figura de governo de deus, em uma das figuras em que se parte, para governar a criação é que será vertida em dispositivo. Ressalta-se, contudo, que este governo do mundo não tem fundamento no ser, pois opera uma divisão de deus em ser e ação. Desse modo, economia e política, na esfera da ação, encontram-se separados do ser¹³⁰.

Esta conclusão pode ser agregada ao dispositivo como característica. De outra forma, pode-se dizer que o dispositivo se encontra em uma ordem de palavras e coisas que não coaduna com uma substancialidade. De outro modo, o que dispõe o dispositivo é uma série de relações histórica, múltiplas e divergentes, que desconhecem a imutabilidade de uma essência. O dispositivo tem fundamento, não essencialidade; responde a uma urgência histórica e não à razão humana. Essa característica do dispositivo informar que, ao exumar as estratificações que a dinâmica histórica sedimenta, não será possível encontrar o imutável ou a origem de todas as estratificações, mas apenas vazios e mais estratificações. A fundação do dispositivo, conforme Agamben, é dissonante da ontologia¹³¹. Se é possível dispor dos elementos do dispositivo, encontramos-nos muito mais propriamente no campo da contingência.

Essa caracterização do dispositivo, segundo a versão teológica, não se encontra nos significados atuais, disponíveis nos dicionários. Entretanto, ainda encontramos dispositivos, ainda referimo-nos a certas coisas como dispositivos. De acordo com Agamben, em francês, é possível encontrar três acepções da expressão dispositivo. São elas: o significado jurídico, referindo-se a parte de uma decisão judicial apartada da fundamenta; o tecnológico, a disposição dos elementos de um mecanismo; e o bélico-militar, os meios para efetivação de finalidade. Note-se que podem ser facilmente vertidas ao português. O dispositivo da sentença ainda é a parte final da decisão judicial que resume e determina a evocação do direito pelo juiz. O dispositivo tecnológico é um modo de ser referir a um aparelho ou *gadget*. Os *smartphones*, objetos de ranço de Agamben, são exemplos de dispositivos no sentido tecnológico. Por fim, a

¹³⁰ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 37. “A ação (a economia, mas também a política) não tem nenhum fundamento no ser: esta é a esquizofrenia que a doutrina teológica da *oikonomia* deixa como herança à cultura ocidental.”

¹³¹ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 38. “O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza um pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”.

concepção militar ainda permanece, como algo para obter um fim, porém alheio ao meio militar. Esses significados referiram-se a uma forma significativa anterior, da qual os três fragmentaram-se¹³².

Essa injunção dos significados atuais de dispositivos está disponível em uma questão geopolítica. Trata-se do dispositivo do drone, um veículo autômato, controlado remotamente ou ainda híbrido de controle remoto e autômato. Essa condição, não importa por qual tipo de território seja destinado, implica que sejam veículos não tripulados, dispensando pilotos humanos. Por isso, são igualmente conhecidos pela denominação militar, campo em que conhecem vasta aplicação como aeronaves, de *unmanned aerial vehicle* (UAV). Se em um primeiro momento são utilizados como vigilantes aéreos, passam a ser carregados com mísseis antitanque. Desse modo, são capazes não apenas de transmitir informações situacionais para postos de comando a milhares de quilômetros de distância, como também são capazes de abater inimigos a partir dessas informações. Em outros termos, o drone promove um curto circuito no processo decisório, de modo que a investigação de um eventual perigo pode ser seguida por uma execução sumária, dispensando a mobilização de tropas militares a partir da percepção de eventual situação de perigo¹³³.

Essa tecnologia se circunscreve entre o vigilante e a arma de guerra de baixa frequência. Não à toa o modelo mais conhecido leva o nome de *reaper* (em tradução livre, ceifador). As imagens transmitidas por meio das câmeras que carrega são reproduzidas em telas ante oficiais militares e representantes governamentais do outro lado do mundo em relação a localização dos drones. Desse modo, é possível que a identificação de um terrorista seja feita por um setor, a decisão acerca da execução ou bombardeio ocorra e, em seguida, um terceiro mire e atire contra o sujeito, por meio de comunicação eletrônica e sem que o indivíduo ou grupo tenha noção de que padecerão em segundos¹³⁴. Esse processo propiciado pela tecnologia do drone é utilizado, sobretudo pelos Estados Unidos, desde o início do milênio.

O drone reconfigura intensamente a lógica dos conflitos bélicos, uma vez que projeta poder de forma focalizada sem projetar, simultaneamente, vulnerabilidade. Os soldados vivos, ainda que por muito tenham sido tratados como peças descartáveis do tabuleiro político, são

¹³² AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 34. “Essa fragmentação, no entanto, corresponde em geral ao desenvolvimento e à articulação histórica de um único significado original, que é importante não perde de vista”.

¹³³ CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do Drone**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 20.

¹³⁴ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 48-52.

sempre matáveis no campo de batalha. Isso é certo: uma guerra é deflagrada por meio de uma exposição da vida como exigência para estar apto a retirar vidas do outro lado. Essa mobilização tem certa institucionalidade e uma certa discursividade. A vida pública é abalada, os cidadãos se tornam inspirados pelo esforço soberano dos compatriotas na zona de guerra, grupos se mobilizam para prestar auxílio, bem como o Estado investe na produção de armamento e suporte militar, ampliando a empregabilidade e dinamizando a economia. Entretanto, esse mesmo dispositivo consome-se, já que o esforço patriótico é intensificado à medida que o custo político para dar continuidade a conflitos bélicos torna-se alto demais. As vidas desperdiçadas na guerra são cada vez mais apenadas e desfaz a aderência aos fins objetivados. A remoção do corpo do campo de batalha, então, emerge como solução para essa discursividade, já que a ampliação da distância entre os que operam os drones em relação aos abatidos é tão ampla que deixam de colocar-se passíveis de morte. A assimetria da guerra é prolongada a escalas globais e já não se trata de guerra entre dois ou mais combatentes, “*converte-se em simples campanha de abate*”¹³⁵.

Grosso modo, parece estranho falar de guerra, haja vista não se presenciar a comoção social de visualizar as maiores economias do mundo realizando manobras bélicas em território estrangeiro. A resposta para isso é justamente porque não há conflito declarado entre duas nações, tampouco combates de alta frequência. O que está, presentemente, sendo operado pelo drone é uma atividade militar de cunho preventivo¹³⁶. Não se trata de uma determinada ação bélica em face de uma ameaça, mas de uma contenção militar de perigos, de desarticular e inibir ameaças por organizações terroristas. Trata-se de uma atividade militar executada *em defesa da sociedade*. As execuções realizadas pelos drones em território estrangeiro, por coibir prejuízos eventuais no futuro, são garantidas juridicamente pela ausência de controle dos Estados locais sobre organizações terroristas. Assim, o direito aparece para “*justificar o exercício de um poder letal de polícia fora das fronteiras*”¹³⁷. Argumenta-se que o conflito segue o corpo dos caçados a despeito das definições geográficas da soberania. E o drone realiza essa tarefa de perseguição com inigualável capacidade, operando em planos tridimensionais¹³⁸.

¹³⁵ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 21.

¹³⁶ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 44. “*É nessa pretensão de cálculo preditivo que se baseia a política de eliminação profilática que tem nos drones caçadores-matadores seus instrumentos privilegiados. Pois a estratégia de caça ao homem militarizada é essencialmente preventiva*”.

¹³⁷ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 69.

¹³⁸ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 66. “*Muito esquematicamente, passe-se do horizontal ao vertical, do espaço bidimensional dos antigos mapas de estado-maior a uma geopolítica dos volumes*”.

Note-se, e é nesse sentido que a apresentação do drone almeja constituir, que o drone articula os três sentidos de dispositivo mencionados por Agamben. Antes de tudo, trata-se de um dispositivo no sentido tecnológico. É um *gadget* equipados com câmeras, GPS, disco rígido, processador, motor e mísseis capazes de devastar quadras inteiras. Assim, é o resultado de uma construção científico-tecnológica específica, articulando o resultado da construção de sistema de geolocalização, filmagem, transmissão de dados, sistema de voo e decolagem, além da engenharia de armas. Ademais, é uma tecnologia amplamente utilizada para fins militares, desde a vigilância até o ataque. Ainda que seja possível encontrar um vasto discurso acerca dos usos civis do drone, está em desenvolvimento como tecnologia militar. De todo modo, civil ou militar, está disposto de modo a alcançar uma finalidade, representando ela a administração da saúde, como os projetos de drone-ambulância, ou a execução de supostos terroristas em território global. Por fim, é certo que obedece a um processo decisório, como mencionado. Processa-se desde a identificação facial de um sujeito, passando pelos prejuízos e efeitos perversos da execução de crianças ou mulheres nas redondezas da detonação e pelo grau de perigo incorporado ali, até encontrar a síntese pela autoridade. Nesse sentido, o drone retoma, em seu uso, a fragmentação das acepções de dispositivo mencionadas por Agamben.

Ainda mais, o drone corresponderia a disseminação de dispositivos irrestritamente na sociedade contemporânea. Desse modo, os viventes estão em constante processo de captura pelas mais diversos dispositivos. A vigilância como prática social da gestão da liberdade “*transforma os espaços públicos das cidades em áreas internas de uma imensa prisão*”¹³⁹. A tecnologia do drone leva esse conjunto de capturas sociais para as mais diversas regiões do mundo, indefinidamente ¹⁴⁰. E não se trata de um conflito para conquistar território, como nas guerras coloniais, ou afastar um ataque do inimigo, como nas guerras do século XX, mas de eliminar à distância a ameaça terrorista¹⁴¹. Por isso, não é a maior relevância que os terroristas se disseminem, já que a ameaça pode ser contida a qualquer tempo e continuamente. A *kill list* – lista de pessoas que devem ser abatidas pelo drone segundo informação do serviço secreto – se renova constantemente e os operadores das máquinas de morte ou mesmo as pessoas não têm

¹³⁹ AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 50.

¹⁴⁰ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 85.

¹⁴¹ CHAMAYOU, Grégoire. 2015. Idem. p. 84. “*De qualquer maneira, à diferença das antigas guerras coloniais, o objetivo não é mais conquistar um território, mas apenas eliminar, a distância, a ameaça terrorista*”.

informações do porquê aquele foi o selecionado do dia para se explodido. São terroristas, antes de tudo, porque “*nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum*”¹⁴².

Recentemente, o discurso do drone chegou ao Brasil em ritmo de materialização dos efeitos de poder. O candidato eleito para governo do estado do Rio de Janeiro, ex-juiz federal e advogado, Wilson Witzel, está de viagem marcada para Israel com intuito de conhecer de conhecer a tecnologia dos drones de guerra¹⁴³. O governador demonstra interesse em adquirir a tecnologia para combater o estado de violência do Rio. Ele afirmou tomar como política de segurança pública a utilização de atiradores de elite para assassinar pessoas portando fuzis nos morros do estado. Esses policiais não devem ser responsabilizados pela morte dessas pessoas, já que seria um ato de lícito e não homicídio. O próprio advogado costuma se referir a política de segurança que pretende adotar como “abate de criminosos”¹⁴⁴. Se não há registro de uso de drones de guerra em território nacional, pouco importa ao futuro governador do Rio de Janeiro e o futuro presidente de república, seu aliado. O projeto indica que a segurança pública do país será política de guerra, gerindo a ruptura da distinção entre guerra e política.

4.3 O DISPOSITIVO DE MORTE

Interrogar-se sobre o significado de biopolítica implica em adentrar na produção de Michel Foucault, precursor dessa concepção, e abrir para as formulações discursivas e práticas contemporâneas dadas¹⁴⁵. A incidência do poder sobre a vida locomove não apenas a operação subjetiva que constitui como também as formas de vida constituídas. A vida e as formas de vida apresentam-se como corpo de reverberação do poder e devem ser concebidas como dinamizadas por essa operação e, portanto, igualmente dele escapam e reconfiguram a fronteira dos binômios imediatos, quais sejam a morte e as formas de morte.

¹⁴² AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 50.

¹⁴³ Sem autor. Witzel deve ir a Israel conhecer tecnologia de drones que efetuam disparos. **G1**. Rio de Janeiro. 03 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/03/witzel-deve-ir-a-israel-conhecer-tecnologia-de-drones-que-efetuam-disparos.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

¹⁴⁴ COSTANTI, Giovanna. Os riscos e a viabilidade de uma política que dê ‘licença para matar’. **Carta Capital**. São Paulo. 10 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-riscos-e-a-viabilidade-de-uma-politica-de-seguranca-que-da-2018licenca-para-matar2019>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

¹⁴⁵ MBEMBE, Achille. Necropolítica. Trad. Renata Santini. **Arte & Ensaios: Eclipse**, [S.L.], n. 32, p.122-151, mar. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 20 set. 2018. p. 124.

Já no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault anuncia que, com a gestão do corpo populacional, a morte é socialmente esmaecida. Os rituais da morte, até o final do século XVIII, eram cerimoniais públicos, em que se encontravam diversos círculos de relacionados ao falecido para operar a “*passagem de um poder para outro*”¹⁴⁶. Sumariamente, a morte era lastreada na transferência da zona de exercício do poder soberano terreno para o poder soberano celestial. A morte é um ritual de passagem entre duas qualificações de soberania. Desde então, a morte coincide, cada vez mais, com a interdição. O caráter público, já que o que a relação circulava em torno do poder soberano, é dilapidado, dando lugar para o luto familiar. O momento da morte é indício da inaptidão para continuidade daquela vida. O fim da vida, dado o reforçamento dos mecanismos de sua continuidade, é da ordem de algo que escapa.

Notadamente, essa reconfiguração da morte repete a dinâmica em que a biopolítica passa a ter predominância sobre o poder soberano. Em última análise, a soberania não desaparece plenamente, porém desconhece as operações heterogêneas de um poder que incide sobre as populações. O trato do poder com a vida fundamenta a diferença entre esses dois domínios. Na soberania, o direito é de fazer morrer e deixar viver. Essa máxima coloca a morte no foco do exercício da soberania, os esforços soberanos são de suprimir a vida¹⁴⁷. A vida só aparece, assim, para ser destituída. A morte concentra as cauções e preocupações, enquanto a vida não constitui objeto do poder. A biopolítica, na medida em que faz viver e deixa morrer, ativa as linhas de luminosidade da vida¹⁴⁸. Assim, está apta a se tornar objeto do poder. A produtividade da vida é a constituição da densificação dentro do circuito de poder. Ela pesa, concentra as operações da tecnologia política.

A importância do nascimento da biopolítica não resultar na extinção da soberania tampouco do poder disciplinar¹⁴⁹, cada vez mais intrusivo, é de que essas operações ocorrem simultaneamente: o poder soberano faz morrer e a biopolítica faz viver. A contraposição campal desses poderes seria admissível se o exercício da soberania e da biopolítica fossem monolíticos – o que pode ser rejeitado, já que é a resistência que dá dignidade ao poder¹⁵⁰ – ou coincidissem.

¹⁴⁶ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 208.

¹⁴⁷ FOUCAULT, 2010, p. 202. “*O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar*”.

¹⁴⁸ FOUCAULT, 2010, p. 207.

¹⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 141-142.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e Poder**. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro:

Não há razão para aceitar que biopolítica e soberania encontrem um alto grau de coincidência. Desse modo, estamos diante da possibilidade em que a distribuição da morte e da vida seja efetuada, pela coexistência da soberania e da biopolítica¹⁵¹, diversamente. Resta, então, interrogar-se qual o critério dessa distribuição.

A vida sobre a qual impinge a biopolítica é biológica. Em *Segurança, território e população*, os processos biológicos são a injunção que propiciam a verticalização da biopolítica. Por meio da estatística¹⁵², possibilita-se governar por meio da vida representada numericamente. A estatística contabiliza e representa processos vitais, como taxas de mortalidade e natalidade. Desse modo, atuação do poder sob essa numeração da vida reverbera na vida da sociedade. O que está em jogo não é vida concreta das pessoas, mas a vida da população, esse “*corpo múltiplo com inúmeras cabeças*”¹⁵³. Esse corpo político não contempla a morte, mas detém um índice de mortalidade. Trata-se de gestar a manutenção da vida, regulando o início e postergando o fim, por meio da alocação de recursos em relação aos números. Nesse decurso de manutenção da vida, algo de espúrio, menos vital, resta.

A tomada da vida pelo poder é, ainda, de conotação racista. A humanidade racha-se em raças, organizadas hierarquicamente. A diferença das raças não é apenas de dominação, mas igualmente de sobrevivência. A manutenção de algumas raças em detrimento de outras diz respeito à preservação da pureza genética e, por conseguinte, o fortalecimento biológico. Não é a mera repulsa a outro que outorga sua execução, mas a “*percepção do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto (...)*”¹⁵⁴. As raças se dividem por critério biológicos e se entrematam pela superação, igualmente, de ordem genética. A racialização da política, inserida da gestão estatal, exige da manutenção da vida a imposição do domínio e a extirpação das demais raças. Assim, a função biopolítica do abandono para a morte é, conjuntamente, a criação das condições para a aceitabilidade da mortalidade racial. A

Forense Universitária, 1995. p. 244. “*Não há relação de poder onde as relações estão saturadas (...), mas apenas quando ele [o homem] pode se deslocar e, no limite, escapar*”.

¹⁵¹ FOUCAULT, 2008, p. 143. “*Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população (...)*”.

¹⁵² FOUCAULT, 2008, p. 81-82.

¹⁵³ FOUCAULT, 2010, p. 206

¹⁵⁴ MBEMBE, 2017, p. 128.

biopolítica não apenas faz viver e deixa morrer, mas também deixa matar. Mata-se por meio das condições de aceitação da morte de raças para a sobrevivência de outras¹⁵⁵.

Nesse sentido, o nazismo toma conotações biopolíticas. A raça biológica constituiu-se como fator de diferenciação de grupos sociais, hierarquizando-os e criando as condições de aceitabilidade do extermínio. Um governo que promove o genocídio de um grupo étnico, extirpando com suas vidas hediondamente, poderia ser dado como uma recuperação do ápice soberano. No entanto, analisar o Terceiro Reich desde o controle político sobre a vida, ressaltando as condições de aceitabilidade de extirpar a vida, compreende a problemática da burocracia moderna. A defesa de Eichmann foi feita a partir do não envolvimento direto com a morte de judeus e do rigoroso cumprimento de ordens, advindas de autoridades inidentificáveis¹⁵⁶. Com isso, o desejo de matar não emana de nenhuma fonte viva, nomeável, mas da vontade de uma nação. Uma nação que demanda a extirpação da vida do outro para purificar-se. A burocracia, assim, erige-se como um mediador entre o governo que faz viver aqueles da raça hegemônica e a demanda nacional pela morte da raça dominada.

A ausência de identidade soberana na Alemanha nazista está alicerçada na distribuição pelo corpo social do poder de fazer morrer. Desse modo, a todos é estendido o exercício as condições para a supressão da vida do outro. A produção da vida, por meio da extinção das demais e da experimentação científica no sentido de refinar a pureza da raça dominante, encontra-se com a circunspeção da polícia e da vizinhança, que exercita a supressão do outro pela denúncia. Nesse ponto, a diferença entre poder soberano e biopolítica se desfaz, de modo a sancionar um exercício do poder que, concomitantemente, faz viver e faz morrer¹⁵⁷. Toda a população visada pela biopolítica de produção da vida é frontalmente exposta à morte. Apenas assim, atinge-se o extremo da superioridade e da regeneração almejada pela guerra de raças. Em suma, *“é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou,*

¹⁵⁵ FOUCAULT, 2010, p. 217. *“Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ele é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e vida”*.

¹⁵⁶ GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018. p. 119-121.

¹⁵⁷ ESPOSITO, Roberto. **Bios: Biopolítica e filosofia**. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 139. *“Desse modo, os paradigmas de soberania e biopolítica (...) experimentam uma singular forma de indistinção que faz de um, simultaneamente, o reverso e o complemento de outro”*.

ao mesmo tempo, o direito soberano de matar”¹⁵⁸. Entre a biopolítica e a soberania, forja-se o Estado suicidário¹⁵⁹.

Em face disso, a biologia vital referida na apreciação biopolítica se afasta de definições meramente sociológicas de vida. Trata-se, em verdade, de um cruzamento de vida social e vida biológica. As estatísticas de processos vitais e racialização genética da organização social demonstram solidamente que a biologia humana está em jogo. Relacionam-se com sua expressão social e autorregerem-se em encadeamentos heterogêneos. A saber, a medicina social, gerindo o modelo de quarentena da peste, dividia a cidade em setores de normalidade segundo critérios patológicos. Essa atitude era, portanto, gestada dentro do seio da biologia humana e refletia consistentemente na organização urbana. Assim, dirige-se para a produção de uma população sadia pela maximização da saúde, da longevidade e força dos indivíduos¹⁶⁰. Dentre os setores de normalidade, desfazendo contato entre doentes e sadios, incluem-se¹⁶¹ setores de anormalidade passíveis da circulação da peste, onde a fraqueza e a morte prematura não são obstruídas.

Subjaz à cidade em estado de peste a aproximação do exercício pleno do poder político, alçado à regulação urbana por meio do policiamento. Então, é o policiamento que fará o papel de erigir a incomunicabilidade corporal e regional dos indivíduos. Criam-se as condições para um exercício de poder exaustivo e sem lastro¹⁶². Esses mecanismos policialescos são invenções governamentais de gestão das cidades para a relação de escassez de salubridade e higiene públicas. O policiamento incessante e capilar inscrita no objetivo onírico do regime da peste é anatomopolítico já que está implicado no corpo individual. Não obstante, trata-se da gestão a partir dos habitantes da cidade, instituindo uma economia política da cidade¹⁶³ que,

¹⁵⁸ FOUCAULT, 2010, p. 219.

¹⁵⁹ A expressão das traduções brasileiras de Foucault é Estado suicida, porém o termo usado originalmente é “*suicidaire*”, apto a ser traduzido tanto por suicida, como aquele que pratica o suicida, como suicidário, em que estão dispostas as condições de propiciação do suicídio. A opção é mais própria ao sentido que se pretende dar à morte, bem como aproxima da noção de Estado suicidário de Deleuze e Guattari. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora 34. P. 76-106.

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 58.

¹⁶¹ Não se trata de mera exclusão social. Em verdade, o regime da peste como regime de inclusão supera o regime da letra, este sim de exclusão.

¹⁶² FOUCAULT, 2001, p. 59.

¹⁶³ A expressão é emprestada de Milton Santos. SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

simultaneamente, inclui e separa¹⁶⁴. Desse modo, o que está em jogo no policiamento da saúde, como leis naturais a serem governadas¹⁶⁵, é tanto a disciplina quanto a biopolítica. Hierarquia de raças pela força, hierarquia de forças pela doença. Estamos diante do refinamento, anteriormente mencionado.

Entre a morte e a produção da vida, é possível encontrar a exposição à morte dos cidadãos e a inclusão separada dos fracos e doente. Dessa maneira, o dilema de fazer viver ou morrer inclui a possibilidade de morte, forçando à vigilância e ao medo, e nichos que não são objeto da extensão da vida, mas são dejetos dessa produção. Assim, estamos diante de um regime de mortificação que não tem a morte apenas como ameaça ou abandono. Trata-se de uma configuração que matiza a vitalidade, dentro da lógica da biopolítica. No caso da exposição à morte, a população acompanha a depuração da espécie para continuidade genética, dando vitalizando a raça, enquanto extirpar raças inferiores. Ainda, coloca-a exposta a possibilidade de morte, forçando o desencontro com o processo de continuidade, em razão de comportamentos fora da conformidade distribuindo do direito de executá-la. Já no caso alocação dos anormais em segmentos separados dos sadios, abandona-os da continuidade em prol da manutenção dos demais, mas fá-los abandonar, mobiliza-os para segmentos de fraqueza, em suma, acompanha-os à deserção.

4.4 A MÁQUINA ANTROPOLÓGICA DE MORTIFICAÇÃO

A teoria social contemporânea apresentou formas de assinalar quais os matizes que dividem preservado e abandonado, como o movimento da máquina antropológica. Trata-se de uma tecnologia social com duas esferas, uma interior e outra externa, que se constituem mutuamente. Na antiguidade, a produção da esfera interna da humanidade obtinha-se por meio da exclusão de um fora. Ou seja, o humano, nas civilizações greco-romanas, era tido por oposição a algo que não era humano, ainda que postulado por meio da rejeição social da sua humanidade, como o bárbaro, o escravo e o estrangeiro – *“figuras de um animal em forma*

¹⁶⁴ Essa fórmula sugerida pela oposição entre lepra e peste, a qual inclui na cidade e separa dentro da cidade é explicitamente enunciada por Foucault na oposição entre reclusão e sequestro como *“uma inclusão por exclusão”* ou *“a inclusão e a normalização”*. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013. P. 112-113.

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. p. 23.

humana”¹⁶⁶. Assim, a humanidade se definia por aquilo que dela não fazia parte, diferenciação estabelecida a partir da linguagem e dos costumes e não da coisa extensa, da corporalidade.

Simétrica em relação à antiga, tem-se a máquina antropológica da modernidade. Nesta, “*o fora é produzido por meio da exclusão de um dentro e o inumano animalizando o humano*”¹⁶⁷. Animaliza-se o humano, excluindo-o, em seguida, da esfera da humanidade. A obtenção desse processo se dá por meio do *Homo alalus*, hominídeo hipotético desprovido da faculdade de linguagem. Representa uma ponte necessária que ligava, na teoria darwiniana, o homem ao macaco. Persiste a concepção de que diferença é operada pela ausência ou capacidade de linguagem. Com isso, “*o homem falante põe fora de si, como já não mais humano, o próprio mutismo*”¹⁶⁸. Notadamente, a falta de linguagem marca os seres que integram a esfera da natureza ou da humanidade. Em outros termos, a efetivação da diferença entre homem e natureza, por meio da ancestralidade hominídea daquele, fez-se a partir da biologização da linguagem, nos termos de sua ausência, repetição inequívoca da animalização do que se tinha como, por excelência, humano. A contradição que define a máquina antropológica é, portanto, a premissa necessária de que a linguagem é subproduto histórico da humanidade.

Ambas as máquinas antropológicas estão em operação na cultura ocidental. Distinguem-se por seu radical histórico, isto é, o resultado da operação da máquina antropológica deve ser a articulação entre a humanidade e não-humanidade ou entre a humanidade e a inumanidade. Por articulação deve-se entender, contudo, qualquer coisa que defina a relação entre esses dois campos, seja a diferença primordial seja o elo fundamental. Porém, nada disso toma forma constante, apenas com respostas parciais e sempre a ponto de serem atualizadas¹⁶⁹. O que se produz é apenas “*uma vida excluída de si mesma*”²⁶ ou, de outro modo, uma vida excluída da esfera da vida, nem animal, inumana ou humana, mas vida nua.

¹⁶⁶ AGAMBEN, Giorgio. **O aberto**: O homem e o animal. Tradução de Pedro Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 62.

¹⁶⁷ AGAMBEN, Giorgio. 2017. Idem. p. 62.

¹⁶⁸ AGAMBEN, 2017, p. 58.

¹⁶⁹ A inconstância dos processos de subjetivação é característica da concepção de Agamben, segundo o qual “*o que acontece agora é que processos de subjetivação e dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral*”. AGAMBEN, Giorgio. 2009. Idem. p. 47.

A figura do judeu no nazismo também encontra ressonância na produção antropológica moderna, definido como “*não-homem produzido no homem*”¹⁷⁰ ou transmutada em “muçulmano”. Assim chamam, nos campos de concentração, não aqueles que seguiam a religião islâmica, mas a uma espécie de cadáver ambulante,¹⁷¹ aos sujeitos já desprovidos de esperança e esvaídos de humanidade, já mortos antes de morrer. Primo Levi descreve o momento em que presenciou um morto-vivo ser espancado, sem dificuldade, até a morte, por um oficial nazista¹⁷². Essas figuras viviam profundamente a destituição, já não eram providas sequer de vestígio de subjetividade, eram como cascas, conchas vazias. São colocadas, portanto, como paradigma da vida nua. Desse modo, deve-se destacar que o judeu transmutado em muçulmano no campo de concentração é resultado precípua daquilo que se denomina máquina antropológica da modernidade ocidental. Em outras palavras, o morto-vivo é aquele que, por uma formação social criada pela humanidade, é impelido para fora da zona da humanidade. Esta exclusão opera unicamente porque realiza uma captura da humanidade dessas figuras, restando, então, a inumanidade.

A habilitação para destituição da vida do morto-vivo é autorizada pela ausência de humanidade. Esta que lhe falta justamente pelas condições a que foi exposto pela violência. Não se trata de afirmar que deixaram de pertencer à espécie *homo sapiens* e, por isso, foram exterminados com facilidade. Ao contrário, foi a instituição dessas figuras em uma humanidade diversa ou, mais propriamente, foi alocação deles na esfera da inumanidade, que os dispõe para a morte, a qualquer momento e por qualquer causa. Mata-se pela criação de um critério de reconhecimento. Tornar inumado é expor à morte que, uma vez efetivada, não qualifica homicídio, pois não é mais um homem no jogo da permanência ou não da vida. Com isso, ancora-se a racialização da biopolítica, haja vista que não se trata de distinguir espécies, mas raças mais ou menos qualificadas.

A violência nazista não deve ser tratada como sem raízes, pois um evento histórico de tal magnitude não pode acontecer sem a injunção de inumeráveis condições sociais. Para Mbembe, existem elementos históricos que permitem constatar que “*as premissas materiais do extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial*”¹⁷³. A colonização, com a

¹⁷⁰ AGAMBEN, 2017, p. 62.

¹⁷¹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**, Homo sacer III. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 49.

¹⁷² AGAMBEN, 2008, p. 50.

¹⁷³ MBEMBE, 2017, p. 129.

marca funesta da escravidão, constitui um dos primeiros momentos da experimentação biopolítica e sua manifestação se acopla à noção de estado de exceção – como a máquina antropológica gera uma articulação entre biopolítica e soberania.

A própria palavra “colônia” é fixada no imaginário intelectual como o período em que as nações no norte do mundo invadiram, saquearam e violentaram os habitantes nativos de diversos países do sul. Trata-se de uma palavra que admite uma diversidade de acepções. Ainda, a expressão abriga um fac-símile corrente no Brasil justamente porque também se designa colônia um grupo de pessoas que se fixa em território fora da nação original. Em outros termos, a noção de colônia de agricultores está vinculada, na história nacional, ao próprio fenômeno da colonização. De todo modo, esta troca de território também indica, no mesmo termo, uma diferenciação, explícita na aplicação da expressão “colônia” para indicar uma exclusão forçada, como na colônia penal, ou uma reclusão intencional, como na colônia de férias.

Na colônia, o escravo era objeto de dominação absoluta, pois estava passível de uma tripla perda: sem lar, sem direitos e sem status político¹⁷⁴. Desde seu nascimento biológico, é mantido vivo ao mesmo tempo em que é morto socialmente, não goza de poder de expressão ou pensamento. A vida-morta do escravo é marcada pela violência, é objeto de todos os horrores de seu supervisor na fazenda em que habita. Por puro capricho e destruição, a vida no sentido que resta ao escravo poderia ser tirada. A figura do escravo é marcada por uma profunda destituição, de modo que “*a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador*”¹⁷⁵. A vida do escravo é comprada junto com seu corpo e sua capacidade de trabalho, por um preço. Sendo assim, aquele que dispõe desse preço pode desses três elementos dispor à mais mesquinha vontade. O escravo era tal como uma ferramenta de trabalho. Em última instância, detinham estatuto apolítico de ferramenta, fundindo inextrincavelmente seu corpo e seu trabalho, operando “*uma forma de morte em vida*”¹⁷⁶.

A morte figura como catalisador da análise biopolítica, garantindo a concatenação da demonstração de operacionalidade de um governo de gestão da vida. Assim, a morte não apenas apresenta-se como a destituição da vida individual ou a inversão da chave de produtividade de vida, mas é a mácula de autorização da injunção biossocial da produção da vida. Esse problema

¹⁷⁴ MBEMBE, 2017, p. 131.

¹⁷⁵ MBEMBE, 2017, p. 132.

¹⁷⁶ MBEMBE, 2017, p. 132.

está enunciado explicitamente na inferência teórico-conceitual que apresenta as funções analíticas da biopolítica, bem como na verificação dos acontecimentos que lhe dão densidade. Como se procurou demonstrar, não apenas a morte em si, a mortificação como destituição da possibilidade de passar por processos sociais de vitalização está presente.

Deve-se acrescentar que a ambientação do patamar histórico, anteriormente apresentada, também dispõe as relações sociais voltadas para a mortificação. Primeiramente, para se forme um sujeito enquanto capital humano, na lógica da escassez, é preciso sujeitar enormes grupos de outros à falta. Reger-se, governar a si mesmo, como rege-se um empreendimento empresarial coloca filtra as relações sociais pela brutal lógica da concorrência. Nessa disputa, contudo, não são todos que saem vitoriosos, muitos investem capital pessoal que é destroçado. Justifica-se a derrota pela inexatidão dos cálculos, pela ineficácia dos métodos. Dentro dessa racionalidade, perder é também ter os desdobramentos subjetivos obstruídos. Em outras palavras, a repetição da inscrição do “sujeito empresa” é frustrada. Essa força da ruptura do desdobramento de um si repetitivo pode tanto levar às práticas subjetivas à exaustão pelas inúmeras tentativas e repetições quando a um processo de desistência ou de afundamento pelo fracasso.

Então, estamos diante de um duplo processo de obliteração dos sujeitos, quais sejam, a opressão radical daqueles que, pela intensa presentificação da falta, sequer podem entrar na disputa e, de modo diverso, o processo de adoecimento subjetivo daqueles que repetidamente fracassam ou que fracassam de forma demasiada intensa. Para ilustrarmos tal hipótese, pode-se dizer que somos colocados diante de escravos do governo neoliberal. Obviamente, escravos diversos: uns são escravizados em prol da manutenção da formação histórica do governo neoliberal – e isso deve ser tomado em sentido literal ou, ao menos, análogo às condições históricas de exploração do trabalho dos moldes escravagistas – de modo que uns tantos outros possa se escravizar no trabalho e na sofisticação das práticas governamentais de si voltadas para vitória na concorrência do capital humano.

5 CONCLUSÃO: I WOULD PREFER NOT TO

Wall Street é uma rua geolocalizada em Nova York, nos Estados Unidos. Dessa rua, emanam decisões que afetam a vida das pessoas no planeta inteiro. Trata-se do domicílio da mais importante bolsa de valores existente, de modo que sua denominação faz representar o mercado financeiro mundial. Foi palco principal da crise da década anterior, atuando como altar para momentos de pânico generalizado. A história que deu nome à rua que, por meio das finanças globais, faz esquina com infinitesimais lugares do mundo, remonta a colonização. O mercado financeiro, ou simplesmente “o que ocorre em Wall Street”, faz remeter, evidentemente, a um muro. A rua do muro foi assim denominada em decorrência da construção de um muro por parte dos ocupantes holandeses. Eles erigiram uma muralha com fins de se proteger de ataques de inimigos, fossem indígenas ou ingleses. Os ataques não ocorreram e a muralha teve por função impedir fugas de escravos. Os caminhos tortuosos da história deram conta de fazer com que a metonímia do mercado financeiro fosse uma muralha que impedia a fuga de escravos.

Ainda, foi domicílio de outra figura de linguagem, a metáfora de Bartleby, que existindo tão intensamente talvez tenha perdido a aptidão de ser real. Bartleby trabalha fazendo cópias de documentos para um advogado, em Wall Street, é assim que o conhecemos. Nesse escritório de advocacia, a figura “*palidamente asseada, lastimavelmente respeitável, incuravelmente desolada*”¹⁷⁷ sentava-se diante de uma janela que tinha sua abertura pelo mundo imediatamente frustrada pela presença da parede de outro prédio. A presença de um muro diante da janela na rua do muro não deve assustar. No início das suas atividades, o rapaz realizava-as com primor, incansavelmente. A obediência às ordens do advogado era, inicialmente, satisfatoriamente rigorosa. Essa primeira postura intensificou a perplexidade que causou quando respondeu “preferiria não” em face de uma ordem bastante trivial de seu chefe, “*numa voz singularmente suave, firme*”¹⁷⁸. Esse sintagma, tomado tanto no sentido linguístico quanto no sentido bélico, repetido diante de ordens, pedidos e justificações era causa de desarmamento imediato do interlocutor. O jovem de única preferência permanecia fazendo as cópias, comendo biscoitos

¹⁷⁷ MELVILLE, Herman. Bartleby, o escrevente. Trad. Tomaz Tadeu In: AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 66.

¹⁷⁸ MELVILLE, Herman. 2015. Idem. p. 68.

simplórios e divagando, eventualmente, de encontro com a janela murada. Por certa benevolência, o advogado não chegava as vias da demissão e ali permanecia.

A permanência de Bartleby consolidou-se de tal forma naquele escritório de advocacia em Wall Street que fez do espaço sua morada, em terrível solidão. O advogado, diante do conhecimento desse fato, reage primeiro com melancolia pelo abando do jovem, “*o vínculo de uma humanidade comum arrastava fatalmente ruma ao desalento*”¹⁷⁹. O patrão, observando os modos de vida simplórios do escrevente, sua dificuldade relacional e, sobretudo, sua fala que só se ouve para responder, concluiu que um homem que não afirmava não poderia estar em regular estado mental. Essa comoção provocou um desejo filantrópico de ajudar o miserável rapaz, o qual, porém, foi tranquilamente frustrado pela máxima negativa. Todo o sobressalto do advogado acerca da postura indecorosa e miserável de Bartleby não pode gerar outra coisa senão a desídia do escrevente. Dali em diante, as elucubrações encarando o muro que se erigia em frente à janela tomaram o lugar do tempo de cópia. Querido para ser um pouco razoável, preferir ele não o fazer. A ordem das coisas do escritório era mobiliária, tornando o escrevente um ornamento diante da janela diante do muro. E ornamentos não se expulsam de escritórios de advocacia. O advogado ao mandá-lo embora dali, com a justeza de um pagamento e um promessa de auxílio futuro, acabou tendo sua ordem sumariamente negada. Demitido, Bartleby permaneceu a negar repetidas vezes a força de qualquer autoridade.

A caridade advocatícia impediu o patrão de determinar com que a polícia tomasse conta do escrevente. Decide, então, mudar-se de escritório e deixar Bartleby no local onde estava, diante do muro. A presença negativa do jovem miserável havia tomado tão repletamente o escritório de Wall Street que já não havia ali espaço para o advogado e seus funcionários. O escrevente permaneceu na sala até o advento de um novo advogado, mais impaciente, que o expulsou do local. Mas ele permaneceu no edifício, sentado pelas escadas e dormindo na entrada. Bartleby assombrava, agora, todo o prédio, minando comercialmente os serviços do local com sua presença simplória. Mesmo às súplicas mais severas e absurdas do primeiro advogado, ele se nega a deixar o local e alega preferir a vida de sedentário. Temendo a repercussão negativa que a responsabilidade sobre o jovem poderia acarretar a seu nome, o advogado o convida para habitar sua residência pessoal, convite que é rejeitado com passividade. Ele preferir ficar sedentário, sentado nos corrimões do prédio em Wall Street. A

¹⁷⁹ MELVILLE, Herman. 2015. Idem. P. 79.

força jurídica da propriedade faz com que o escrevente que não mais escrevia fosse preso como vadio. Curiosamente, muito anos atrás, alguém que se recusava ao trabalho produtivo foi levado à prisão, o jovem Bartleby. Retirado da propriedade alheia, ele vai para a local de penalização do município.

Na prisão, ao ser visitado pelo patrão, a quem prefere não dizer nada, Bartleby é encontrado mirando o muro. Ali, o jovem permanecera com calma e prostrado a preferir não fazer as coisas. Preferiu não aceitar a comida que o advogado teria então providenciado para ele. Preferiu não negar a tomada de seu corpo pela fraqueza, até que no dia de uma vista do seu amigo advogado, que o encontra desfalecido, dormindo sob as pedras, “*com reis e conselheiros*”¹⁸⁰. Bartleby foi extraviado, como as cartas de que tomava conta antes de trabalhar como escrevente no escritório de advocacia. Descobre-se, após a morte do rapaz, que teria trabalhado com a destruição de cartas que nunca chegaram ao destinatário. Dois trabalhos ele teve, com cartas extraviadas e escrevente da janela murada. O miserável tornou-se os dois, muro e extraviado. Como muro, preferia não fazer. Ora, não se pode esperar outra coisa senão a negação mais radical quando se emana ordens a um muro. Como carta, morreu de inanição por negar-se a chegar a um destino. Tudo indica que Bartleby não conseguiu preferir radicalmente não ser tomado pela sucção da morte.

O conflito do escrevente é, antes da marca do mercado financeiro, da ordem do direito. A narrativa que se conta sobre ele se passa, majoritariamente, dentro de um escritório de advocacia. É de um advogado que emanam as ordens que prefere não cumprir. São as cópias de documentos jurídicos que o jovem é responsável por copiar. Assim, ele repete o que um dia algum operador do direito escreveu. O contato com o muro diante da janela do escritório faz metáfora da ordem do direito, barra a visibilidade. E aquele conjunto de coisa fazem do escrevente uma figura estática, que prefere não deixar o local e faz do lugar de trabalhos jurídicos sua morada. A máxima negação, emanada pelo sintagma “preferiria não”, repete desconcertantemente a negação do direito. Aqui, a negação do direito deve ser tomada na ambiguidade: a negação que é própria do direito, isto é, a concepção de um direito que impede; bem como a negação que impinge ao direito, nega-se a fazer o trabalho diante das ordens do patrão jurista.

¹⁸⁰ MELVILLE, Herman. 2015. Idem. p. 104.

Essa negação é mais intensamente percebida quando Bartleby se nega a deixar o escritório e, em seguida, o edifício. É um conflito acerca da soberania da propriedade que se vê constituído aí. O proprietário cogita expulsá-lo dali porque, autorizado pelo direito, ali está apto a tomar as decisões de quem pode ou não permanecer. Os modos dele e negação que efetiva impedem que o expulsem do lugar. A mera permanência de alguém estranho aos negócios ali pratica atrapalha o convívio no lugar. A polícia chamada para retirá-lo do local, fá-lo sob a justificativa de que estava a espantar os clientes. Com isso, ele é levado à prisão, pela pena jurídica de vadiagem. Ou seja, a negação de praticar uma vida para o trabalho o coloca enfileirado aos presos de toda ordem. Negar-se ao trabalho é crime porque nega a dignificação. A pena é, igualmente, uma instituição do direito. Desse modo, o terceiro conflito jurídico que enfrente o miserável rapaz é ser colocado em um espaço com o qual, porém, já estava habituado: diante de muros. E ali ele prossegue a atividade de elucubrar, silenciosamente, mirando um muro. Então, morre. Ou vira, definitivamente, muro, extraviado do corpo esguio.

De um ponto de vista pragmático, Bartleby não desativa o governo propiciado pela prática advocatícia, pelo império da propriedade ou pela destituição da prisão. Mais cedo ou mais tarde, o escritório segue sem a necessidade de um escrevente, o dono do edifício consegue se livrar do peso humano e a prisão acaba definitivamente com sua força. Mais que isso: as operações do direito, o instituto da propriedade e instituição penal seguem funcionando em pleno favor, independente da radical negativa do jovem miserável. Por outro lado, é inevitável reconhecer que, no que diz respeito aos processos de repetição do governo de si a partir da discursividade do governo impingido pelos outros e pelos dispositivos, o escrevente e sua máxima foram inquebrantáveis. Bartleby não se deixou ludibriar pela raiva nem pela caridade do patrão. No elemento externo de autoridade, mesmo com um modo de vida miserável, fez uma ruptura, na qual injetou sua própria autonomia. Para dizer de outro modo, fez pouco caso do elemento histórico da autoridade patronal para não fazer o que preferissem preferindo, eles mesmo autonomamente, não o fazer. A mesma operação é efetuada na relação com a autoridade proprietária e prisional. A singularidade do governo de si que Bartleby estabelece não é pela preferência a algo, já que, a disseminação de ofertas de emprego ou de modos de vida, poderia estar compatível em algum momento com uma preferência. Ele não se dá ao luxo de ser governado com dificuldade e, por isso, não prefere.

Essa resistência rara de Bartleby, porém, não faz história sozinha. Fosse ele um moço que deixou falar por meio de sua voz as cartas que nunca atingiram destinatário e os muros que

mante, por horas a fio, um vínculo de olhar, talvez não fosse lembrado. Como adiantado, a máxima negação é também um sintagma no sentido militar, mobiliza uma tropa enorme em forma de enquadramento. Ao desarticular, ainda que momentaneamente, os discursos vigentes, ele demonstra que esses discursos são falíveis e, mais que isso, que existem alternativas à repetição e ao imediato cumprimento da ordem. Ao deixar estático os elementos que emanam discursividades e representam instituições que o observam, faz deles e de sua incansável articulação governamental, um estrato histórico aberto. Um momento é suficiente para demonstrar que existe uma palavra interdita no entrecruzamento de discursos e instituições. Ali, no ínterim do acontecimento, de onde dispõe de vasto arsenal de ressignificação, encontra-a e a faz reverberar: preferiria não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Che cos'è un dispositivo?** Roma: Nottetempo, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha, Homo sacer III. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. O que é o dispositivo. In.: **O que o contemporâneo? E outros ensaios.** Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O aberto:** O homem e o animal. Tradução de Pedro Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BOMFIM, Camila; MATOSO, Filipe. PF prende 10 pessoas suspeitas de ligação com terrorismo. **G1.** Brasília, 21 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/ministro-da-justica-anuncia-acoes-antiterror-15-dias-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 12.850/2015. Brasil, Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1350712>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 272/2016. Brasil, Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=568224&disposition=inline>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.065/2016. Brasil, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Mensagem nº 85/2016. Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin - Obras escolhidas:** Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei antiterrorismo é sancionada com vetos. **Câmara Notícias**. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/505575-LEI-ANTITERRORISMO-E-SANCIONADA-COM-VETOS.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

COSTANTI, Giovanna. Os riscos e a viabilidade de uma política que dê ‘licença para matar’. **Carta Capital**. São Paulo. 10 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-riscos-e-a-viabilidade-de-uma-politica-de-seguranca-que-da-2018licenca-para-matar2019>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do Drone**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault: as formações históricas**. Trad. Claudio Medeiros e Mario Marino. São Paulo: N-1 Edições e Editora Politeia, 2017. (Aula 1 e 2).

DUSSEL, Enrique. **Twenty Thesis on Politics**. Trad. George Ciccariello-Maher. Durham e London: Duke University Press, 2008

ESPOSITO, Roberto. **Bios: Biopolítica e filosofia**. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e Poder**. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In.: **Microfísica do poder.** Trad. Angela Loureiro de Souza. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b

GROS, Frédéric. **Desobedecer.** Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 3, p.99-133, ago. 2012,

HYPPOLITE, Jean. **Introduction to Hegel's philosophy of history.** Trad. Bond Harris e Jacqueline Spurlock. Gainesville: University Press Of Florida, 1996.

JAQUET, Gabriela Menezes. Discursivo e não discursivo: Acontecimento em Foucault, Deleuze e Veyne. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p.715-731, 26 dez. 2016. Pontificia

Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.2177-6342.2016v7n14p715>

JORDÃO, Pacheco. A controversa história das primeiras condenações por terrorismo do Brasil. **El País**. 07 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/06/politica/1494076153_663185.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. Trad. Paulo Domenech Oneto. São Paulo: n-1 edições/ Edições Sesc São Paulo, 2014.

MACHADO, Roberto. **Deleuze**, a arte e a filosofia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Trad. Renata Santini. **Arte & Ensaios: Eclipse**, [S.I.], n. 32, p.122-151, mar. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 20 set. 2018.

MELVILLE, Herman. Bartleby, o escrevente. Trad. Tomaz Tadeu In: AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MONTEIRO, Tânia. Para Alexandre de Moraes, Lava Jato não será prejudicada pela Olimpíada. **O Estado de S. Paulo**. Brasil, jun. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-alexandre-de-moraes-lava-jato-nao-sera-prejudicada-pela-olimpiada,10000058660>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MOREIRA, Assis. Para Levy, Brasil não deixará grupo que combate lavagem e terrorismo. **Valor Econômico**. 02 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4078308/para-levy-brasil-nao-deixara-grupo-que-combate-lavagem-e-terrorismo>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

NUNES, Paulo Henrique Faria. El terrorismo en Brasil: un análisis crítico del marco legal e institucional. **Revista de La Facultad de Derecho**, Montevideo, n. 42, p.28-49, 1 jun. 2017. p. 56. Revista de la Facultad de Derecho. <http://dx.doi.org/10.22187/rfd201713>. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652017000100027&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2018.

RANGEL, Rodrigo. O EI agora tem um recrutador de brasileiros: Ismail al-Brazili. **Veja**. Brasil, 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/o-ei-agora-tem-um-recrutador-de-brasileiros-ismail-al-brazili/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHREIBER, Mariana. O Brasil precisa de uma lei antiterrorismo? **BBC**. Brasília. 21 out. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_lei_terrorismo_ms_cc>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Sem autor. Ausência de lei contra financiamento do terrorismo pode gerar sanções contra o Brasil. **Carta Capital**. 19 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/ausencia-de-lei-contra-financiamento-do-terrorismo-pode-gerar-sancoes-contra-o-brasil-9737.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Sem autor. Antiterrorismo mitigado. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,antiterrorismo-mitigado,10000018746>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Sem autor. Em nota, dezenas de entidades repudiam projeto de lei que quer alterar Lei Antiterrorismo. **Artigo 19**. 27 jun. 2017. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2017/06/27/em-nota-dezenas-de-entidades-repudiam-projeto-de-lei-que-quer-alterar-lei-antiterrorismo/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Sem autor. Suspeito de terrorismo tem morte cerebral após ser espancado em prisão. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 15 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1823190-suspeito-de-terrorismo-tem-morte-cerebral-apos-ser-espancado-em-prisao.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Sem autor. Entenda a Lei Antiterror, que pode ser ampliada para atingir MST e MTST. **Carta Capital**. São Paulo. 31 out. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-lei-antiterror-que-pode-ser-ampliada-para-atingir-mst-e-mtst>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

Sem autor. Witzel deve ir a Israel conhecer tecnologia de drones que efetuam disparos. **G1**. Rio de Janeiro. 03 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/03/witzel-deve-ir-a-israel-conhecer-tecnologia-de-drones-que-efetuam-disparos.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TOLEDO, Marcelo. Justiça condena 8 brasileiros acusados de terrorismo antes da Rio-2016. **Folha de S. Paulo**. Ribeirão Preto, 04 maio 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881176-justica-condena-8-brasileiros-acusados-de-terrorismo-antes-da-rio-2016.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

VEYNE, Paul. **Foucault**: O pensamento, a pessoa. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

VEYNE, Paul. **Foucault**: His Thought, His Character. Trad. Janet Lloyd. Cambridge: Polity Press, 2010.

VICTOR, Fabio. Prisão de acusados por terrorismo tem de assassinato a greve de fome. **Folha de S. Paulo**. Campo Grande. 23 abr. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877803-prisao-de-acusados-por-terrorismo-tem-de-assassinato-a-greve-de-fome.shtml>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Trad. Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016.